



Relatório e Contas 2017



**BANCO
MAIS**

ÍNDICE

Mensagem Conjunta dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	3
1. PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO	8
2. APRESENTAÇÃO DO BANCO MAIS.....	10
Banco MAIS	10
Missão, Visão e Valores	10
Estrutura societária.....	11
Órgãos sociais.....	12
3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	16
Economia internacional.....	16
Desempenho da Economia da África Sub-saariana	21
Desempenho da Economia Moçambicana	22
4. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	32
Principais Linhas de Orientação	32
Infraestrutura Tecnológica	35
Compliance.....	35
Jurídico.....	36
Recursos Humanos	36
Gestão prudencial.....	38
5. ANÁLISE FINANCEIRA	40
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS	44
7. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E DO FISCAL ÚNICO	98
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	98
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	102
8. ANEXO – Circular nº3/SHC/2007.....	105

Mensagem Conjunta dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Estimados Clientes e Prezados Acionistas do **Banco MAIS**,

A economia moçambicana beneficiou em 2017 da retoma económica das principais economias a nível mundial, do aumento das exportações da indústria extractiva e de uma maior estabilidade social e política, com o fim da tensão militar no centro do país. Dados provisórios do terceiro trimestre de 2017 mostram que o défice comercial reduziu substancialmente.

De acordo com dados do Banco de Moçambique, a economia moçambicana cresceu a uma taxa real de 3,7%, contra 3,8% em 2016, tendo os principais contributos para o crescimento vindo da indústria extractiva, agricultura e transportes, assim como das comunicações. Segundo dados do INE, a inflação acumulada foi de 5,65% em Dezembro de 2017, depois de ter atingido 23,67% em Dezembro de 2016, o que mostra uma melhoria significativa.

Relativamente às reservas internacionais líquidas, no final de Dezembro de 2017, o saldo era de 3.038 milhões de dólares, suficientes para cobrir 7,3 meses de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações dos grandes projectos.

Depois do pico das taxas de juro em 2016 e da subida expressiva das taxas directoras do Banco de Moçambique no quatro trimestre de 2016, o ano de 2017 assistiu ao início da descida das taxas de juro e à introdução da taxa MIMO - Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique, a qual começou o ano (Abril) em 21,75.

Já em Fevereiro de 2018, o Banco de Moçambique viria a reduzir as taxas directoras em mais 150 pontos base. A taxa MIMO passou para 18%, a Facilidade de Cedência passou para 19% e a Facilidade de Depósitos fixou-se em 12,5%. De forma inesperada, o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda estrangeira aumentou 800 pontos base para 22%. O coeficiente para passivos moeda nacional em 14%. Estas medidas do Banco Central mostram uma forte tendência para a descida das taxas de juro durante o ano de 2018.

No sistema financeiro, e logo em Fevereiro de 2017, o Banco de Moçambique anunciou novas regras para o capital das instituições bancárias: “No quadro do reforço da solidez das instituições financeiras e em linha com as boas práticas internacionais, o Banco de

Moçambique ajustou recentemente algumas normas prudenciais, dentre as quais se destacam as que preconizam o aumento, num prazo de três anos, do valor do capital social mínimo dos bancos, de setenta milhões de meticais para mil e setecentos milhões de meticais, e do rácio de solvabilidade mínimo, de 8% para 12%". Esta medida vai obrigar alguns Banco a realizarem aumentos de capital para cumprirem com os novos mínimos e um maior controlo sobre a concessão de crédito.

A desaceleração da economia e as elevadas taxas de juro levaram o crédito bancário ao sector privado a registar, em 2017, uma quebra acentuada, ao verificar-se uma redução, em termos anuais de 12,8%. Esta quebra contrasta com os dados de anos anteriores em que, apesar das dificuldades económicas, o crédito ao sector privado registou sempre uma progressão.

O metical registou em 2017 uma apreciação generalizada face às principais moedas, beneficiando também da depreciação do dólar, principal moeda de referência da divisa moçambicana. Fruto da política monetária restritiva adoptada, o metical abriu o ano de 2017 a valer perto de 71 meticais por dólar, tendo valorizado progressivamente até ao nível dos 60 meticais por dólar, em meados de Maio, onde se manteve com poucas oscilações até ao início de Dezembro. O fecho do ano foi nada casa dos 58,5 meticais por dólar.

De acordo com os resultados preliminares do Censo, que foram divulgados no final de 2017, existiam 28 861 863 moçambicanos (mais 40% do que 10 anos antes), distribuídos por uma área total de 799 380 quilómetros quadrados. Nampula é a Província com maior número de habitantes, 6,1 milhões. A maior cidade do país é a Matola, com um total de 1,6 milhões de habitantes. A segunda maior é Maputo, com 1,1 milhões de habitantes. Estes dados mostram um crescimento acelerado da população moçambicana, que poderá chegar aos 40 milhões de habitantes em 2030, o que vai obrigar a investimentos elevados em educação e infraestruturas básicas.

Em 2017 o Banco MAIS continuou a implementar a estratégia definida e aumentou o seu número de clientes em 112%, a carteira de depósitos em 5% e de crédito em 18%, num ano em que a concessão de crédito no sistema financeiro desceu 12,8%. É também de salientar o facto do Banco MAIS, no seu terceiro anos após a aquisição do antigo Banco Tchuma, ter atingido resultados operacionais positivos.

Para 2018, não se esperam grandes alterações económicas no país, sendo de prever uma descida das taxas de juros, uma maior

estabilidade do metical face ao dólar americano, a entrada em vigor da nova lei bancária e das regras contabilísticas IFRS9. Para a segunda metade de 2018 pode haver algum abrandamento económico devido à realização de eleições autárquicas em Outubro.

Para o Banco MAIS, o ano de 2018 será um ano de afirmação e crescimento, onde se espera a entrada de um novo investidor para o elenco accionista e a realização de dois aumentos de capital, que irão elevar o capital social do Banco MAIS para cerca de 1.700.000.000,00 meticais, passando a cumprir com os novos mínimos regulamentares definidos pela Banco Central.

O Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva, em nome de todo o Conselho de Administração, querem agradecer a todos os Clientes pela confiança depositada no Banco MAIS, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2017 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, à estratégia seguida e pela dedicação e tempo despendido durante este ano.

O Presidente do Conselho de Administração

O Presidente da Comissão Executiva

Declaração de Responsabilidades do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2017

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras anuais, as quais dão uma imagem verdadeira da situação financeira real da sociedade e dos resultados das operações do exercício.

O Conselho de Administração partilha e é da opinião de que as demonstrações financeiras apresentadas reflectem a imagem fiel da situação financeira da sociedade bem como os resultados das operações do exercício de 2017.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2018.

Em nome de todos os membros do Conselho de Administração, gostaríamos de deixar aqui expressos aos nossos estimados clientes a nossa profunda gratidão e pedir-lhes que continuem a confiar no Banco MAIS S.A.

Os nossos agradecimentos são extensivos a todos os colaboradores, pelo seu esforço e desempenho demonstrados durante 2017, encorajando-os a prosseguir nessa via para que 2018 seja um ano próspero para o Banco MAIS S.A..

Finalizando, agradecemos à todos os accionistas que continuam a acreditar na instituição, mantendo o apoio contínuo, para que o Banco tenha sucesso.

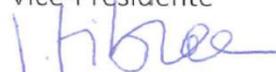
Pelo Conselho de Administração



Narciso Matos
Presidente



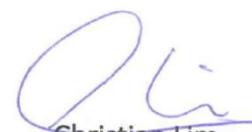
Diogo Lacerda Machado
Vice-Presidente



Joel Sibrac
Administrador

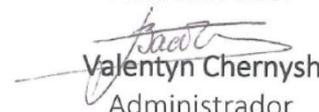


Anselmo Cunhete
Administrador



Christian Lim
Administrador

Luís Almeida
Administrador



Valentyn Chernysh
Administrador

17 de Abril de 2018

Hoje, amanhã e sempre.

O Banco MAIS é o seu parceiro de negócios.



BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

O seu parceiro
de negócios.

1. PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

Indicadores	2017	2016	Var. 2017	
			Valor	%
Financeiros (Balanço)				
Activo Total	1 691 598 383	1 423 117 094	268 481 289	18,87%
Créditos à Clientes(Líquido)	1 107 360 891	937 196 082	170 164 809	18,16%
Recursos de Clientes	1 219 818 500	1 157 015 740	62 802 760	5,43%
Capital Social	650 000 000	537 366 400	112 633 600	20,96%
Capital Próprio	223 705 318	146 138 074	77 567 244	53,08%
Economicos (Demonstração de Resultados)				
Margem Financeira	140 711 724	72 131 426	68 580 298	95,08%
Margem Complementar	62 833 976	62 908 084	-74 108	-0,12%
Produto Bancário	203 545 700	135 039 510	68 506 190	50,73%
Resultado Antes de Impostos	-35 527 399	-91 852 006	56 324 607	61,32%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-15,88%	-62,85%	+47pp	-
Rendibilidade do Activo Total	-2,10%	-6,45%	+4pp	-
Qualidade do Activo				
Imparidade Acumulada	54 848 414	30 902 199	23 946 216	77,49%
Crédito Vencido/Crédito a Clientes(Bruto)	3,14%	2,48%	+1pp	-
Imparidade Acumulada/Crédito Vencido	152,96%	109,43%	+44pp	-
Rácio de Transformação	95%	84%	+12pp	-
Rácio de Solvabilidade	14,25%	11,69%	+4pp	-
Produtividade/Eficiência				
FSE	104 450 133	85 835 032	18 615 101	21,69%
Gastos com Pessoal	108 813 872	105 829 238	2 984 634	2,82%
Gastos Operacionais/Activos Totais	12,61%	13,47%	0,00	-
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	53,46%	78,37%	-25pp	-
FSE/Produto Bancário	51,32%	63,56%	-12pp	-
Outros Indicadores				
Número de Colaboradores	69	69	0	0,00%
Unidades de Negócios	6	6	0	0,00%

Em Moçambique ou no estrangeiro.

O Banco MAIS é o seu parceiro de negócios.



BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

O seu parceiro
de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DO BANCO MAIS

Banco MAIS

O Banco MAIS é um banco focado no segmento empresarial que oferece um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas seis Unidades de Negócios repartidas pelo País.

Missão, Visão e Valores

Missão

Garantir a qualidade, rapidez e rigor na entrega de Informação, Produtos e Serviços financeiros, maximizando valor para clientes, colaboradores e acionistas através da inovação e eficiência operacional.

Visão

Ser o Banco de referência, ao nível nacional, na qualidade de serviços prestado ao Clientes e Eficiência Operacional.

Valores

Transparecer em todos comportamentos, atitudes e decisões os princípios que servem de guia no exercício das responsabilidades e conquistas dos objectivos do Banco: Orientação ao Cliente, Rigor, confiança, transparência e trabalho em equipa.

➤ **Orientação ao Cliente.**

Construir relações duradouras com os Clientes assentes no rigor, integridade e transparência. A dedicação e o compromisso com os nossos valores fazem com os Clientes saibam que podem contar connosco para fornecer serviços de qualidade, que os ajudam a alcançar os seus objectivos pessoais e profissionais.

➤ **Rigor, Confiança e Transparência**

A accção de todos os Colaboradores obedece a princípios de elevado nível ético e rigorosamente pautada pelos normativos e recomendações do Banco inspirados pelo enquadramento legal instituído pelas entidades reguladoras.

➤ **Trabalho em equipa**

A prossecução da Missão não está ao alcance do trabalho de uma só pessoa mas sim de todos. A constante combinação de talentos e competências procura fomentar equipas altamente eficazes e com capacidade de gerar sempre mais e melhor e assim superar os seus próprios limites.

Estes valores (orientação ao Cliente, rigor, confiança, transparência e trabalho em equipa) traduzem a personalidade e a essência corporativa

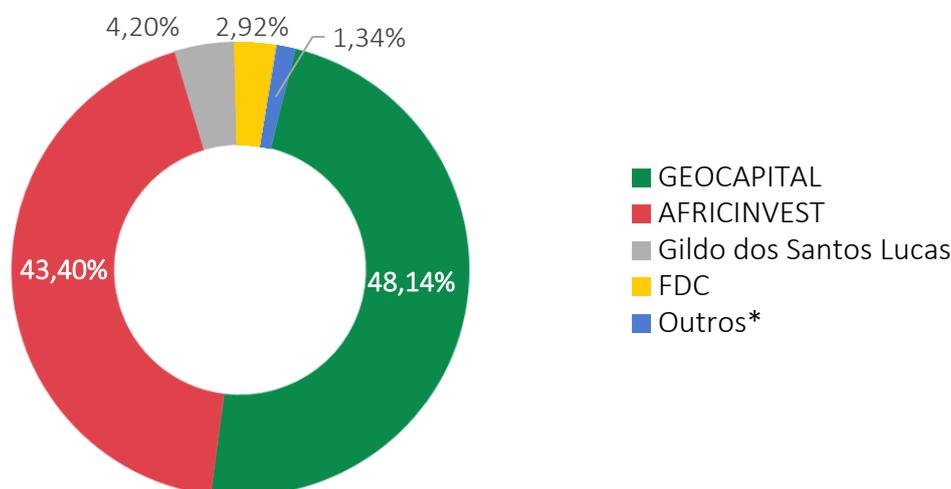
2. Apresentação do Banco MAIS

do Banco MAIS e são a nossa inspiração para fazer mais, maior e melhor, dia após dia, ano após ano, em benefício de todos.

Estrutura societária

Em 2017, o Banco MAIS concluiu o reforço de capital iniciado em 2016 que foi integralmente subscrito e realizado pelos seus principais acionistas, passando de 434.891.120,00 MT (quatrocentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa um mil e vinte Meticais) para 650.000.000,00 MT (seiscentos e cinquenta milhões de Meticais), representado por sessenta e cinco milhões acções, distribuídas do seguinte modo:

Distribuição da estrutura acionista (Em Percentagem)



*Outros accionistas privados

A Geocapital – Gestão de Participações, S.A. e a AfricInvest Financial Sector Limited, que entraram na estrutura accionista do Banco em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A Geocapital construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A AfricInvest é uma empresa Pan-African Private Equity (PE) líder, com mais de 900 milhões de euros de Activos sob Gestão. O grupo já realizou mais de 135 investimentos implantados em mais de 25 países da África e completou com sucesso mais de 77 internacionalizações.

2. Apresentação do Banco MAIS

Foi fundada em 1994 por quatro sócios para tornar-se um dos primeiros gestores de fundos Private Equity em África. Em 2000, após o sucesso dos primeiros fundos, AfricInvest levantou o primeiro fundo PE focado no norte da África e co-fundou a African Venture Capital Association. Em 2004, a AfricInvest criou um fundo PE pioneiro na África subsaariana. Desde 2009, AfricInvest abriu 6 escritórios em todo o continente africano e cresceu para uma equipe de 66 profissionais de classe mundial.

A AfricInvest tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

A FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

Órgãos sociais

Os Órgãos Sociais do Banco MAIS compreendem: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Fiscal Único. Os membros dos Órgãos Sociais foram nomeados em Assembleia Geral. Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva e o seu Presidente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por sete membros que efectuam o acompanhamento geral do Banco, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Banco.

O Conselho de Administração rege-se de acordo com os Estatutos e com um regulamento próprio.

COMISSÃO EXECUTIVA

A gestão executiva do Banco é assegurada por três administradores executivos, designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se, no mínimo, duas vezes por mês e sempre que sejam convocadas pelo seu Presidente.

Ao longo de 2017, a Comissão Executiva continuou a implementação, sob a sua supervisão, estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do Banco, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu novos Departamentos que, em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.

Órgãos Colegiais: Comité de Coordenação, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco, Comité de Crédito, Comité de Negócios, Comité de IT e Comité de Recursos Humanos.

Comité de Coordenação: O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais, o desempenho das actividades do Banco, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

Comité de Gestão de Activos e Passivos: O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) tem uma periodicidade mensal e é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis dos Departamentos de Tesouraria e Mercados, Gestão de Risco e Planeamento e Controlo. O Comité avalia, mês a mês, a evolução da conta de exploração do Banco, identificando eventuais desvios de liquidez, de taxas de juro e de taxas de câmbio.

Comité de Crédito: O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Gestão de Risco, Departamento Jurídico e membros da Comissão Executiva. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

Comité de Gestão de Risco: O Comité de Gestão de Risco, realizado mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento de Gestão de Risco, Crédito e Planeamento e Controlo. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os

2. Apresentação do Banco MAIS

tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos.

Comité de Negócios: O Comité de Negócios, que tem periodicidade mensal, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento Comercial e Marketing. Tem como função fazer o acompanhamento das iniciativas de âmbito comercial, propondo estratégias de actuação conducentes à aceleração da evolução do negócio de cada segmento de Clientes.

Comité de IT: O Comité de *IT - InformationTechnology* realiza-se mensalmente e o seu quórum é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos Responsáveis de Departamentos e de Projectos em curso. Tem como função a priorização, orçamentação e o acompanhamento de todos os projectos estruturantes, enquadrados no âmbito de IT.

Comité de Gestão de Recursos Humanos: O Comité de Gestão de Recursos Humanos é de periodicidade mensal, é constituído pela Comissão Executiva, e pelo responsável do Departamento de Recursos Humanos. Tem como principal função a definição, decisão e acompanhamento das políticas de Recursos Humanos do Banco, para apoio à eficiência Operacional e de Negócio.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

Este cargo é desempenhado pela empresa de Auditoria DELLOITE & TOUCHE (Moçambique) LDA.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela Ernst & Young, Lda. O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os

2. Apresentação do Banco MAIS

requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

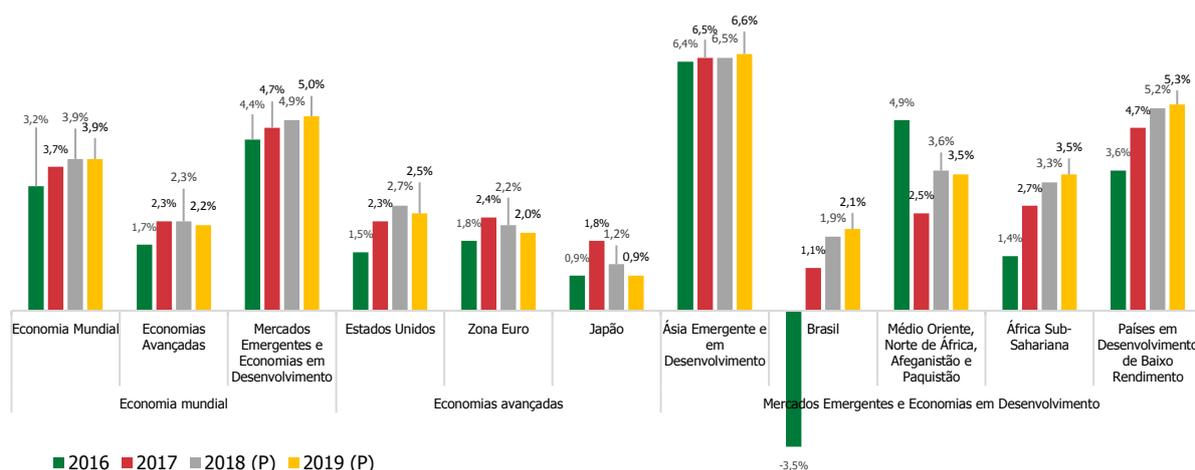
Economia internacional

A actividade económica global registou um crescimento substantivo em 2017. A produção mundial terá crescido 3,7% em 2017, meio ponto percentual acima do registado em 2016 e acima das expectativas iniciais, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional.

Este resultado foi atingido de forma generalizada, com crescimentos surpreendentes na Europa e na Ásia. Cerca de 120 economias, que representam três quartos do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, registaram um aumento do crescimento em termos homólogos em 2017, o mais amplo incremento global sincronizado desde 2010, refere aquela organização.

O crescimento de 2017, mais forte do que o esperado, ficou a dever-se à recuperação do investimento, à dinâmica da indústria e do comércio, assim como, nas economias em desenvolvimento exportadoras de commodities, resultou da subida dos preços dessas matérias-primas. Em média, o petróleo aumentou 23,1% em 2017, enquanto os preços das matérias primas de exportação cresceram 6,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Evolução da Economia Mundial e dos Principais blocos económicos (Fonte: FMI)



O terceiro e o quarto trimestres de 2017 já sinalizaram os resultados alcançados em 2017. “Os indicadores de sentimento apontam para uma continuação do forte impulso no quarto trimestre” afirmava o FMI no seu *World Economic Outlook* de Janeiro de 2018,

3. Enquadramento Macroeconómico

acrescentando que “O comércio mundial cresceu fortemente nos últimos meses, apoiado por uma recuperação do investimento, particularmente entre as economias avançadas, e o aumento da produção industrial na Ásia. Os índices das ordens de compras indicam que a atividade fabril é robusta, consistente e com uma forte confiança do consumidor, apontando para uma procura final saudável”. Efectivamente, depois de ter aumentado 2,5% em 2016, o volume de comércio mundial cresceu 4,7% em 2017, prevendo o FMI que mantenha este ritmo (4,6%) em 2018.

As perspectivas para o futuro são positivas, porque os níveis da procura são robustos e, adicionalmente, porque se constatou que o aumento da produção beneficiou de uma folga no mercado de emprego, que fez com que os salários se tenham mantido baixos. “O crescimento nominal dos salários na maioria das economias avançadas continua marcadamente mais baixo do que estava antes da Grande Recessão de 2008-09”, referia o FMI na sua análise de Outubro de 2017.

Neste contexto, a generalidade dos analistas reviu em alta as suas estimativas de crescimento económico. O FMI aumentou as estimativas de crescimento económico para 2018 e 2019 em 0,2 pontos percentuais, para 3,9%. Esta revisão reflecte o aumento do crescimento global e também o impacto esperado das mudanças na política fiscal dos Estados Unidos aprovadas no final de 2017.

As perspectivas para o futuro são positivas também porque alguns comportamentos anteciparam já a expectativa de que esse pacote de estímulo fiscal deverá impulsionar o crescimento da economia americana até 2020 e terá também um efeito positivo sobre os seus parceiros comerciais.

Em Dezembro de 2017, o presidente dos EUA, Donald Trump, assinou um decreto que faz mudanças substantivas no código tributário dos EUA, reduzindo a taxa de imposto sobre as empresas de 35% para 21%. O pacote de políticas também inclui a redução da taxa de imposto sobre o repatriamento de ganhos obtidos no exterior, desde que sejam trazidos de volta para os EUA.

No entanto, o FMI considera que o aumento do défice fiscal resultante destas medidas, assim como a "natureza temporária de algumas provisões" previstas no pacote, são razões que devem pesar sobre o crescimento a partir de 2022, eliminando alguns dos ganhos obtidos.

Ao nível das maiores economias, a Alemanha e o Japão foram algumas das maiores surpresas, entre as economias avançadas. O

3. Enquadramento Macroeconómico

FMI elevou as suas perspectivas de crescimento para ambos os países em 0,5 pontos percentuais para 2018. A economia alemã terá crescido 2,5% em 2017, mais 0,6 pontos percentuais do que no ano anterior; o PIB do Japão terá aumentado 1,8% em 2017, mais 0,9 pontos percentuais face a 2016. Ambas as economias deverão desacelerar em 2018, mas ainda assim o FMI prevê taxas de crescimento superiores às de 2016.

Na Ásia, a China cresceu uns robustos 6,7% em 2017, mais 0,1 pontos percentuais em relação ao ano precedente, e deverá crescer 6,6% em 2018, uma estimativa também revista em alta em relação às previsões anteriores do FMI.

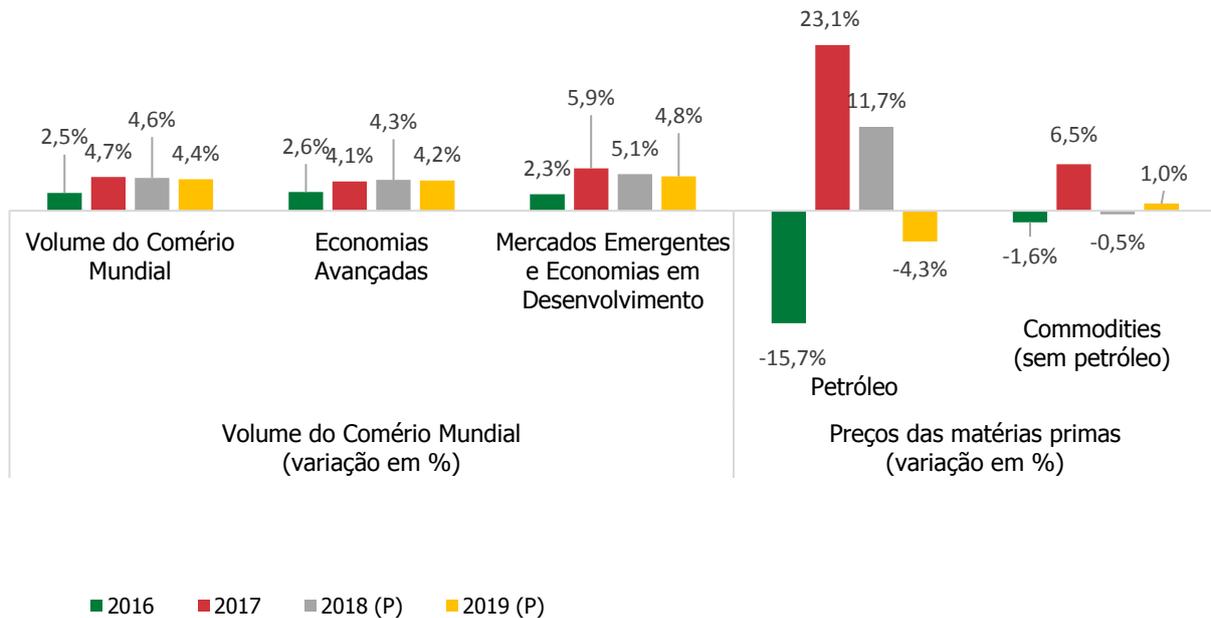
A Índia será a economia de crescimento mais rápido do mundo em 2018, com uma taxa de aumento do PIB prevista de 7,4%, depois de ter crescido 6,7% em 2017.

Também contribuiu para o melhor desempenho da economia mundial a retoma em duas importantes economias, o Brasil e a Rússia, que passaram de um decréscimo do PIB em 2016 para um aumento, respectivamente, de 1,1% e 1,8%, em 2017. A estimativa é de que, em 2018, o Brasil cresça 1,9% e a Rússia aumente o seu produto em 1,7%.

Também o Banco Mundial partilha do diagnóstico favorável sobre as perspectivas para a economia mundial, mas aponta algumas fragilidades que podem condicionar esta trajectória.

O crescimento em 2017 é amplamente visto como um aumento de curto prazo. A longo prazo, diminuir o crescimento potencial - uma medida de quão rápida uma economia pode crescer quando os factores trabalho e capital estão no máximo da sua capacidade - gera riscos para a melhoria dos padrões de vida e para a redução da pobreza em todo o mundo”, adverte o Banco Mundial na sua habitual análise de início do ano, Perspectivas Económicas Globais, 2018.

Indicadores da economia mundial (Fonte: FMI)



“A desaceleração do crescimento potencial é o resultado de anos de um baixo aumento da produtividade, fraco investimento e envelhecimento da força de trabalho global. A desaceleração é generalizada, afectando economias que representam mais de 65% do PIB global. Sem um esforço para revitalizar o crescimento potencial, o declínio poderá chegar à próxima década e poderá diminuir o crescimento médio global em um quarto de ponto percentual e o crescimento médio em países emergentes e em economias em desenvolvimento em meio ponto percentual ao longo desse período”, afirma o Banco Mundial.

Segundo esta organização, para contrariar estas restrições é necessário investir de forma substancial na formação das pessoas, em instituições sólidas e em infraestruturas.

Petróleo. As melhores perspectivas de crescimento económico, as restrições decorrentes dos eventos climáticos adversos nos Estados Unidos, a extensão do acordo da Organização do Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para limitar a produção de petróleo, assim como as tensões geopolíticas no Médio Oriente, sustentaram o aumento do preço do petróleo em 2017, que subiu em média 23,1% em 2017, segundo dados do FMI e, já em 2018, registou novas subidas para a casa dos 65 dólares por barril de *brent*.

Taxas de juro. Os mercados anteciparam com tranquilidade a subida de taxas de juro que a Reserva Federal dos Estados Unidos realizou em Dezembro de 2017 e portanto não houve nenhum efeito

3. Enquadramento Macroeconómico

inesperado. Aliás, no início de 2018, os mercados já começaram a incorporar a expectativa de que em 2018 e 2019 haverá mais algumas alterações no mesmo sentido.

O Banco da Inglaterra aumentou a sua principal taxa de política monetária, pela primeira vez desde 2008, para contrariar um nível da inflação acima do objectivo e a desvalorização da libra esterlina, num movimento inesperado pelos mercados.

No que respeita ao Banco Central Europeu, a instituição do euro manteve em 2017 as taxas de juro em níveis historicamente baixos e anunciou que o mesmo se vai manter até que a política de “*quantitative easing*” termine; se a inflação for inferior ao esperado, o programa de compra de activos é para continuar.

Mercados de acções. Os mercados de capitais tiveram um ano de 2017 em alta, em particular nas economias desenvolvidas, reflectindo melhores perspectivas empresariais, uma inflação baixa e alguma estabilidade ao nível dos principais indicadores económicos. Os índices bolsistas dos mercados dos países emergentes ou em desenvolvimento registaram um aumento sobretudo desde Agosto, seguindo as melhores perspectivas dos exportadores de *commodities*. O MSCI, um índice que tem uma ampla representatividade a nível global, aumentou cerca de 20% em 2017, depois de ter subido perto de 4,5% em 2016. O MSCI *Emerging Markets* subiu 34% em 2017.

Taxas de câmbio. No que respeita às grandes divisas, o principal movimento a assinalar em 2017 foi a apreciação do euro em relação ao dólar e, conseqüentemente, uma depreciação do dólar face à maioria das moedas que utilizam a divisa americana como referencial; em Janeiro de 2017 cada euro era equivalente a 1,05 dólares; no final de 2017, já eram necessários 1,20 dólares para comprar um euro, uma apreciação da divisa europeia de cerca de 14%.

A libra esterlina registou uma depreciação sobretudo face ao euro. A libra começou o ano de 2017 na casa dos 0,85 libras por euro e terminou o ano na casa dos 0,888 libras por euro. Face ao dólar, a libra registou uma valorização, ao passar dos 0,81 libras por dólar no início de Janeiro de 2017 para 0,74 libras por dólar no final de 2017. O renminbi da China registou uma apreciação face em dólar, ao passar da casa dos 6,94 renminbi por dólar no início de 2017 para fechar o ano próximo dos 6,50 renminbi por dólar; esta valorização continuou em 2018 e alguns analistas estimam já que poderá chegar aos 6,10 renminbi por dólar no final de 2018; em Fevereiro de 2018, a taxa de câmbio chegou aos 6,27 renminbi por dólar.

No ano de 2017, registou-se uma ligeira apreciação do iene japonês face ao dólar americano, que começou o ano nos 116,99 ienes por dólar e terminou nos 112,59 ienes por dólar.

3. Enquadramento Macroeconómico

Também o rand sul-africano registou uma apreciação face ao dólar em 2017, apesar de ter sido um ano de grande volatilidade para a divisa sul-africana. Em Janeiro de 2017, era necessários 13,78 rands para comprar um dólar, enquanto em Dezembro do mesmo ano já só eram necessários 12,40 rands; nos primeiros meses de 2018, esta tendência manteve-se e a taxa de câmbio desceu abaixo dos 12 rands por dólar. Face ao euro, o ano de 2017 foi também de muita volatilidade para o rand, mas a moeda sul-africana terminou o ano de 2017 muito próximo dos níveis do início do ano, na casa dos 14,8 rands por euro; em Novembro de 2017 a taxa de câmbio chegou aos 16,95 rands por euro.

Desempenho da Economia da África Sub-saariana

A desaceleração observada nos anos recentes na região da África Sub-Saariana registou uma inversão em 2017, ano em que o crescimento terá sido de 2,6%, em contraste com os 1,4% do ano precedente, refere o FMI no mais recente *Regional Economic Outlook* para a esta sub-região de África. Esta melhoria está relacionada com a retoma das duas principais economias da região, a Nigéria e a África do Sul. A Nigéria passou de um decréscimo do PIB de 1,6% em 2016 para um crescimento de 0,8% em 2017. A África do Sul passou de um aumento do PIB de 0,3% em 2016 para um crescimento em 2017 de 0,9%.

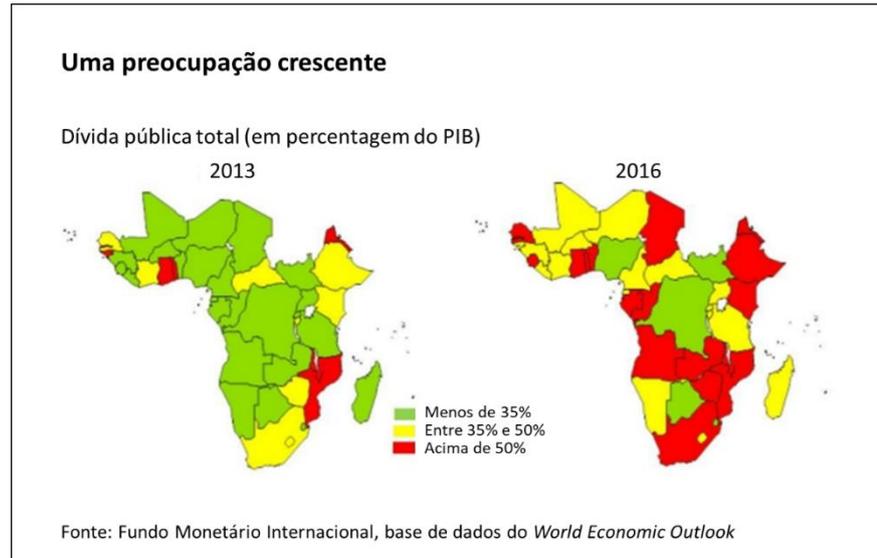
Mas o crescimento registado em 2017 nas economias mais avançadas e na Ásia não chegou com a mesma intensidade a África. Segundo o FMI, apesar de um terço dos países da África Sub-Saariana continuar a crescer na casa dos 5% ao ano, o rendimento per capita não deverá aumentar quase nada na região. O FMI estima que em 12 dos 45 países da África subsaariana, que representam cerca de 40% da população da região – ou 400 milhões de pessoas – os rendimentos per capita deverão mesmo diminuir.

Depois de 2017, o crescimento esperado para a África Sub-Saariana é de 3,3% em 2018 e de 3,5% em 2019, abaixo da marca de 5% alcançada na primeira metade da década.

O FMI apresentou perspectivas de crescimento mais moderadas para a África do Sul, onde o crescimento deverá permanecer abaixo de 1 por cento em 2018-19, indicando o aumento da incerteza política, que pesa sobre a confiança e o investimento. Estas estimativas foram elaboradas antes de ser conhecida a demissão do presidente da África do Sul, Jacob Zuma, em Fevereiro de 2018, que foi substituído no cargo por Cyril Ramaphosa.

3. Enquadramento Macroeconómico

O FMI alerta também que as vulnerabilidades aumentaram na região, nomeadamente devido ao aumento da dívida pública. A dívida pública é alta, não só nos países exportadores de petróleo, mas também em muitas economias de crescimento rápido. Segundo o FMI, no final de 2016, a dívida pública ultrapassou 50% do PIB em quase metade dos países da África Sub-Saariana. Os custos do serviço da dívida também começaram a pesar, especialmente nos países produtores de petróleo. Em Angola, Gabão e Nigéria, esses custos absorviam mais de 60% das receitas do governo.



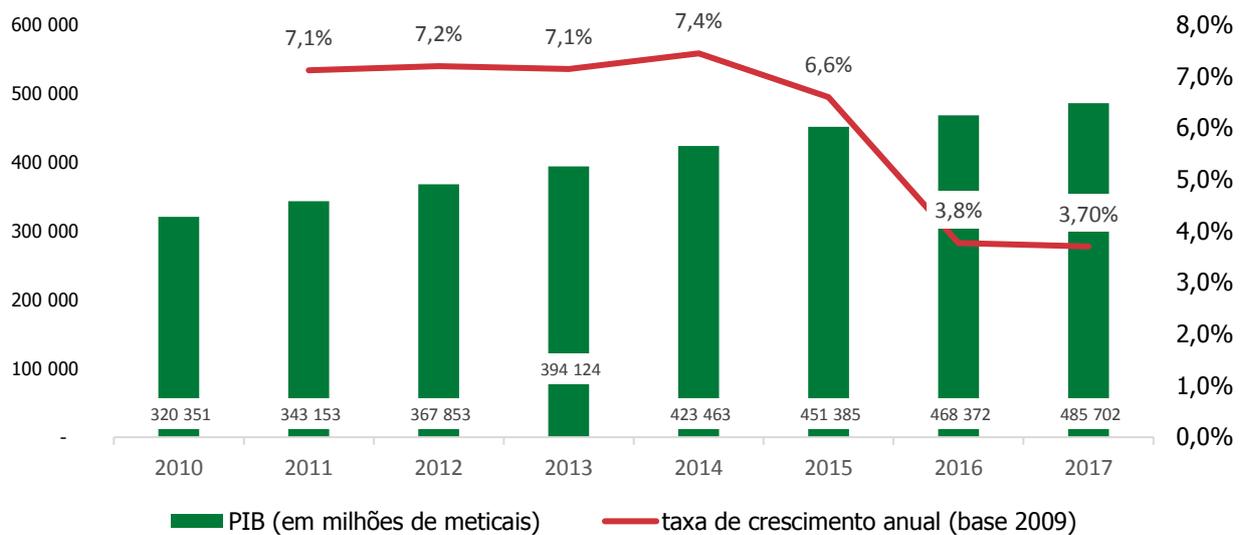
Segundo o FMI, “A origem deste aumento da dívida é uma combinação de grandes défices fiscais, de uma desaceleração do crescimento e, em alguns países, de desvalorizações cambiais. Cada vez mais, os défices são financiados pelos bancos nacionais que, em última instância, restringem a disponibilidade de crédito ao sector privado. Em muitos países, os indicadores de liquidez e solvabilidade dos bancos deterioraram-se e os créditos de cobrança duvidosa aumentaram”.

Desempenho da Economia Moçambicana

A economia moçambicana cresceu em 2017 a uma taxa real de 3,7%, segundo informação do Banco de Moçambique, tendo os principais contributos para o crescimento vindo da indústria extractiva, agricultura e transportes, assim como das comunicações. Em 2016, o PIB de Moçambique tinha crescido 3,8%. A desaceleração económica começou a ser notória no quarto trimestre de 2016 e prolongou-se pelos primeiros três trimestres de 2017, segundo dados do INE.

3. Enquadramento Macroeconómico

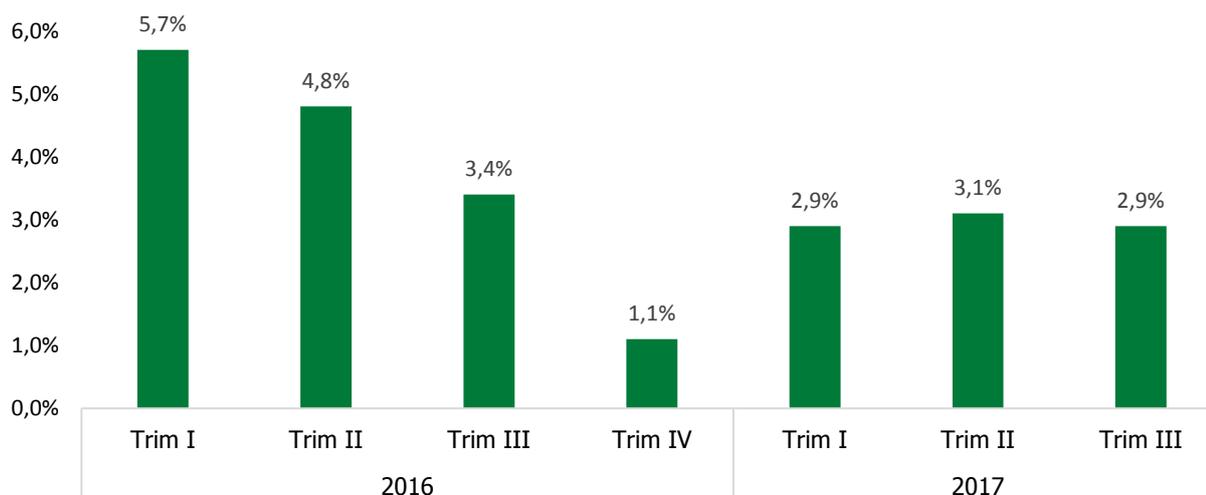
Evolução do PIB (Em Meticais e %, preços constantes. Fonte: INE)



Também o Banco de Moçambique foi alertando para esta realidade e escrevia, na sua análise de Outubro: “A actividade económica continua a desacelerar. Segundo o INE, a economia moçambicana cresceu apenas 3,0% no segundo trimestre do corrente ano, quando comparado a igual período de 2016, cifra muito abaixo da tendência média histórica de crescimento de 7%. Adicionalmente, informações referentes a Agosto apontam para a deterioração do índice de clima económico pelo segundo mês consecutivo, o que sugere o prolongamento da desaceleração da economia”.

Esta foi aliás a justificação para o alívio da restrição da política monetária. No seu comunicado do Comité de Política Monetária (CPMO) de Dezembro, o banco central reafirmava que “a economia moçambicana regista um desempenho moderado, com o PIB a crescer apenas 2,9% no terceiro trimestre do corrente ano, quando comparado com igual período de 2016, ou seja, abaixo das projecções feitas para 2017 e da média de 7% observada nos últimos 8 anos anteriores a 2016 (...) Perante este cenário, o CPMO considera adequado abrandar, com prudência, a restritividade da política monetária, num contexto em que o Governo anunciou medidas de racionalização da despesa pública para 2018”.

Taxa de Crescimento Homólogo Trimestral do PIB (Fonte: INE)



Inflação. O percurso da inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor em Moçambique, registou uma clara desaceleração em 2017.

Segundo dados do INE, a inflação acumulada (a soma das variações mensais, algumas das quais negativas) foi de 5,65% em Dezembro de 2017, depois de ter somado 23,67% em Dezembro de 2016.

De acordo com a mesma fonte, a inflação homóloga (que compara os mesmos meses em anos diferentes), foi de 5,65% em Dezembro de 2017, após um pico de 26,35% em Novembro de 2016.

A inflação média, que mede a evolução nos últimos 12 meses (e por isso contém um maior peso do passado), foi em Dezembro de 2017 de 15,11%, quando tinha sido de 19,85% em Dezembro de 2016.

Balança comercial. A economia moçambicana beneficiou em 2017 da retoma económica das principais economias a nível mundial, com o aumento das exportações da indústria extractiva, num contexto de preços favoráveis nos mercados internacionais. Dados provisórios do terceiro trimestre de 2017 mostram que o défice comercial se reduziu substancialmente. O valor das exportações aumentou em 991 milhões de dólares, em termos anuais (a maior contribuição foi prestada pelos grandes projectos de carvão e alumínio), perante uma redução das importações em 108 milhões de dólares (incluindo as dos sectores tradicionais da economia).

Reservas cambiais. Segundo dados citados pelo boletim de Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação (CEPI) do Banco de Moçambique, de Dezembro 2017, relativamente às reservas internacionais líquidas, o fluxo acumulado no último trimestre de 2017 foi de 883 milhões de dólares, elevando o seu saldo para 3.038

3. Enquadramento Macroeconómico

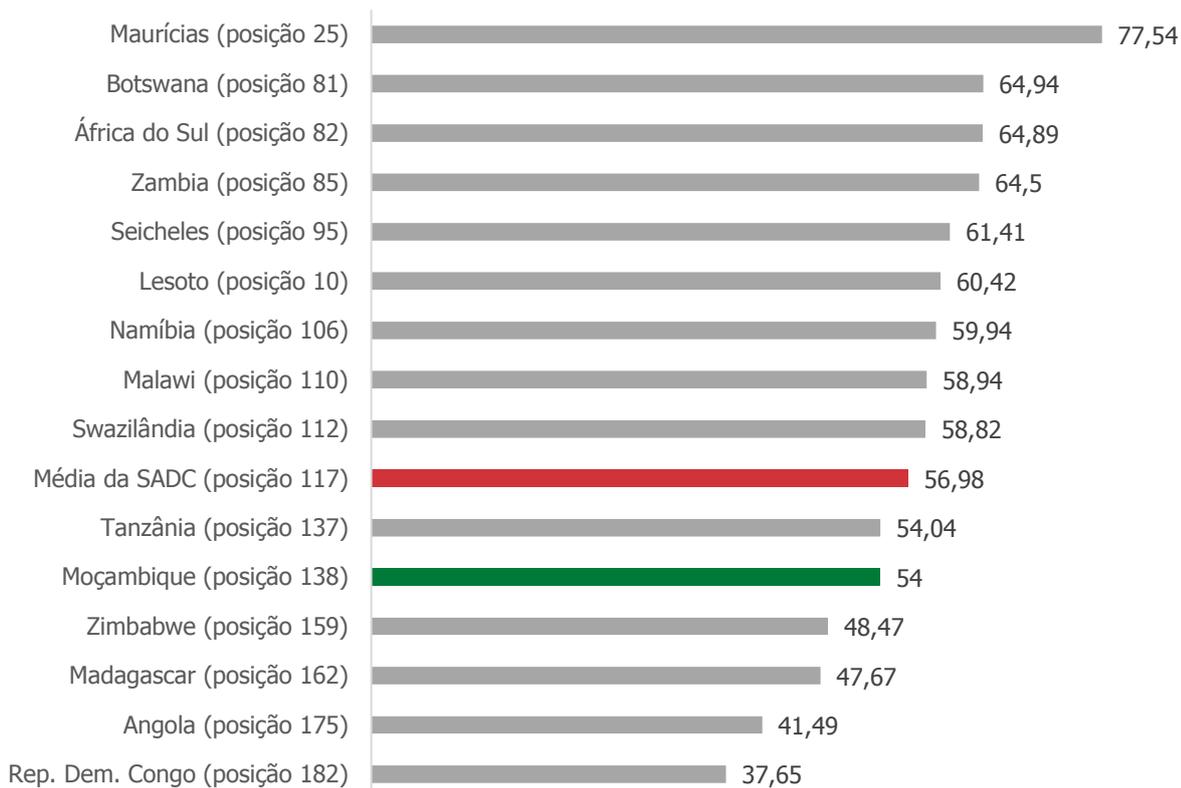
milhões de dólares no final de Dezembro de 2017, valor equivalente, em termos brutos, a um saldo de 3.294 milhões de dólares, suficientes para cobrir 7,3 meses de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações dos grandes projectos.

Endividamento público. Em Outubro, o banco central alertava que o nível de endividamento público interno aumentou de forma progressiva ao longo de 2017. De acordo com a mesma fonte, dados reportados a 25 de Outubro de 2017 mostram que o endividamento público interno aumentou para 100,5 mil milhões de meticais, contra os 97,7 mil milhões de meticais reportados na última sessão do CPMO realizada a 10 de Agosto. “Este endividamento evidencia, em parte, as dificuldades que o sector público vem enfrentando na mobilização de recursos para financiar as suas despesas, num contexto em que não se vislumbra, no curto e médio prazos, o retorno do apoio externo directo ao Orçamento do Estado, o que traduz a prevalência de um risco fiscal elevado”.

Censos 2017. Os resultados preliminares dos Censos, que a cada 10 anos fazem um recenseamento geral à população e habitação a nível nacional, provincial e distrital, foram conhecidos no final de 2017. Em 2017, existiam 28 861 863 moçambicanos (mais 40% do que 10 anos antes), distribuídos por uma área total de 799 380 quilómetros quadrados. Nampula é a Província com maior número de habitantes, 6,1 milhões. A maior cidade do país é a Matola, com um total de 1,6 milhões de habitantes. A segunda maior é Maputo, com 1,1 milhões de habitantes.

Doing Business. O ranking das economias classificadas pela facilidade e pela criação de condições para a realização de negócios voltou a classificar Moçambique de forma desfavorável em 2018 (análise referente a dados de 2017). Moçambique passou para a posição 138 (um lugar abaixo do ano anterior), ainda que tenha ganho ligeiramente na classificação por pontos, os quais somaram 54 pontos. Entre os 15 países da SADC (Southern African Development Community), há 10 países com melhor classificação relativa.

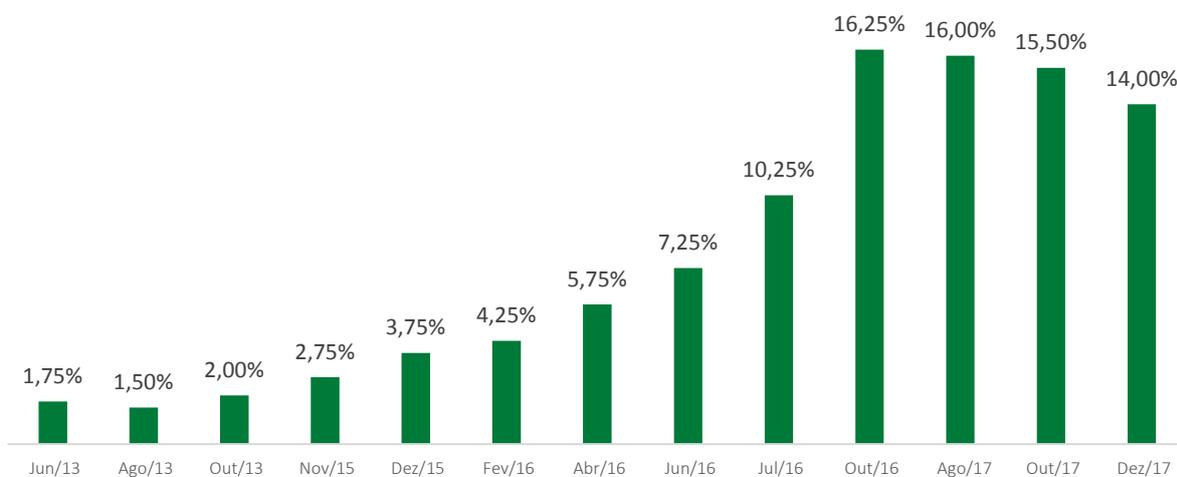
3. Enquadramento Macroeconómico



Política monetária

Depois do pico das taxas de juro em 2016 e da subida expressiva das taxas directoras do Banco de Moçambique no quatro trimestre de 2016, o ano de 2017 começou de forma cautelosa no que respeita à política monetária.

Taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (%)



3. Enquadramento Macroeconómico

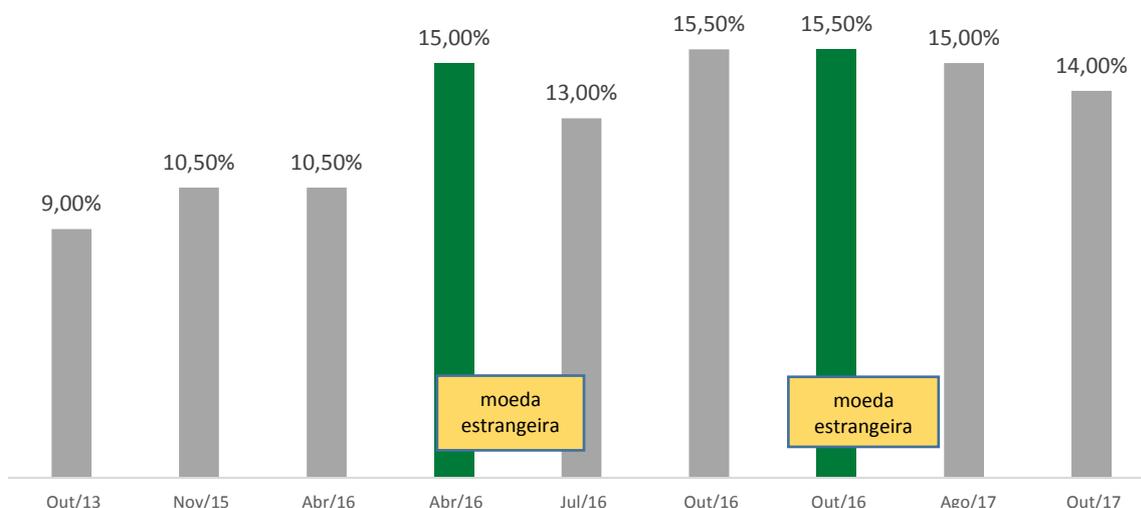
Em Outubro o Banco central voltaria a desceu as principais taxas directoras em 50 pontos base, incluindo o coeficiente de reservas obrigatórias.

Também nesta ocasião, o Banco de Moçambique voltou a ajustar em baixar a recentemente criada taxa MIMO - Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique, a qual começou o ano (Abril) em 21,75% e desceu em Outubro para 21%. “Esta taxa passará a ser o principal sinalizador e taxa de intervenção do Banco de Moçambique no mercado monetário interbancário. A sua introdução tem em vista reforçar o mecanismo de formação das taxas de juro na economia e torná-lo mais transparente e consentâneo com as boas práticas internacionais”, explicou a autoridade monetária.

Estas três taxas de referência viriam a registar uma descida mais expressiva em Dezembro, num montante de 150 pontos base cada. Também em Dezembro, o coeficiente de reservas obrigatórias desceu 100 pontos base para 14%.

Já em Fevereiro de 2018, o Banco de Moçambique viria a baixar as suas taxas directoras em mais 150 pontos base. A taxa MIMO passou para 18%, a Facilidade de Cedência passou para 19% e a Facilidade de Depósitos fixou-se em 12,5%. De forma inesperada, o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda estrangeira aumentou 800 pontos base para 22%; manteve-se o coeficiente para passivos moeda nacional em 14%.

Coeficiente das Reservas Obrigatórias



3. Enquadramento Macroeconómico

Sector Bancário

Logo em Fevereiro, o Banco de Moçambique anunciou novas regras para o capital das instituições bancárias: “No quadro do reforço da solidez das instituições financeiras e em linha com as boas práticas internacionais, o Banco de Moçambique ajustou recentemente algumas normas prudenciais, dentre as quais se destacam as que preconizam o aumento, num prazo de três anos, do valor do capital social mínimo dos bancos, de setenta milhões de meticais para mil e setecentos milhões de meticais, e do rácio de solvabilidade mínimo, de 8% para 12%”.

O crédito bancário ao sector privado registou em 2017 uma quebra acentuada, ao se verificar uma redução, em termos anuais, de 12,8%, segundo dados do banco central.

Esta quebra contrasta com os dados de anos anteriores em que, apesar das dificuldades económicas, o crédito ao sector privado registou sempre uma progressão. Efectivamente, dados de Dezembro de 2016 mostram que, no ano, o crédito bancário ao sector privado expandiu-se em 29.033 milhões de meticais, correspondente a um aumento de 12,5%, depois de um acréscimo de 19,3% em 2015.

O banco central, nas suas análises periódicas, por ocasião do Comité de Política Monetária, ia dando nota desta evolução. “O crédito bancário ao sector privado seguiu em Janeiro e Fevereiro de 2017 uma trajectória de redução, reflectindo o abrandamento do crescimento económico, bem como a apreciação do metical. Nos primeiros dois meses do ano, o crédito bancário ao sector privado reduziu em 2,3%, resultando numa desaceleração da variação homóloga para 10,1%, contra os 17,1% observados em 2016. O abrandamento do crédito ao sector privado continua a reflectir o impacto da apreciação do Metical e a fraca actividade económica, num contexto em que a capacidade financeira do Estado continua limitada”.

Em Agosto, o diagnóstico era semelhante: “até Junho de 2017 o crédito bancário ao sector privado reduziu-se um por cento, em termos anuais, mantendo a tendência que vem sendo observada desde Outubro de 2016”

Mercado monetário

Em resultado das medidas de política monetária adoptadas no final de 2016, os bancos comerciais aumentaram o seu investimento no

3. Enquadramento Macroeconómico

Mercado Monetário Interbancário. Em termos acumulados até Março de 2017, o Banco de Moçambique emitiu, em termos líquidos, Bilhetes do Tesouro (BT) no montante de 13.523 milhões de meticais, com o objectivo de neutralizar a liquidez disponível junto dos bancos comerciais e garantir o cumprimento da meta da Base Monetária, resultando num ligeiro aumento das taxas de juro médias ponderadas dos BT.

MIMO – Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique



Em Abril o Banco de Moçambique decidiu alargar a base de investidores no Mercado Primário de Bilhetes do Tesouro para, a partir de 1 de Junho de 2017, passar a incluir Sociedades Corretoras e Sociedades Financeiras de Corretagem, Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Investidores, Empresas Seguradoras inscritas na Inspeção Geral de Seguros e outras instituições financeiras autorizadas pelo BM. “Esta medida surge na sequência da necessidade de dinamização e desenvolvimento do mercado de títulos, tendo em conta as presentes condições de liquidez”, justifica o banco central.

No seu reporte de Junho, o Banco de Moçambique alerta que “os agregados de moeda e de crédito ao sector privado abrandam e a liquidez no Mercado Monetário Interbancário aumenta. Até Abril, o crédito bancário ao sector privado reduziu-se em 5,4%, em termos acumulados, resultando numa desaceleração da variação homóloga para 4,8%, contra os 15,8% observados em 2016. Perante este cenário de fraca procura pelo crédito, os bancos têm estado a reforçar as suas aplicações no Mercado Monetário Interbancário, com maior incidência para as aplicações de curtíssimo prazo, contribuindo para o aumento do excesso de liquidez bancária, concentrada nos maiores bancos do sistema”.

3. Enquadramento Macroeconómico

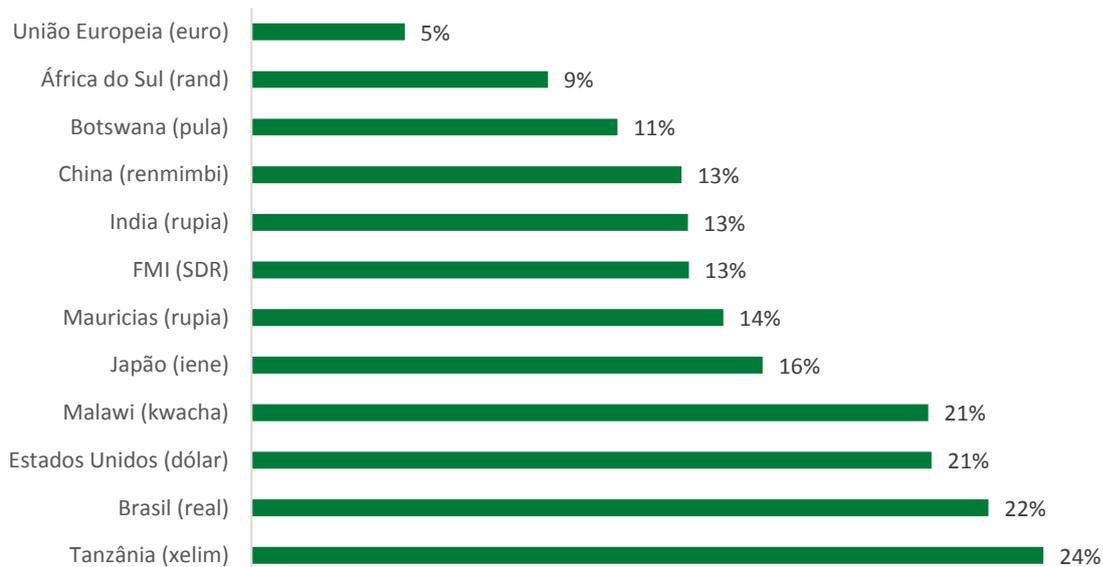
Em Outubro, o cenário não é muito diferente: “A concentração da liquidez no Mercado Monetário Interbancário acentuou-se, ao incrementar em 12.904 milhões de meticais para um saldo de 20.656 milhões de meticais entre 10 de Agosto e 23 de Outubro, reflectindo a venda de divisas dos bancos comerciais ao Banco de Moçambique e a queda do crédito concedido à economia (10,9%, em termos anuais), num cenário em que as taxas de juro de empréstimos se mantêm altas”, afirma o Banco de Moçambique.

Mercado cambial

O metical registou em 2017 uma apreciação generalizada face às principais moedas, beneficiando também da depreciação do dólar, principal moeda de referência da divisa moçambicana. Fruto da política monetária restritiva adoptada, o metical abriu o ano de 2017 a valer perto de 71 meticais por dólar, tendo valorizado progressivamente até ao nível dos 60 meticais por dólar, em meados de Maio, onde se manteve com poucas oscilações até ao início de Dezembro. O fecho do ano foi nada casa dos 58,5 meticais por dólar. Já em 2018, a divisa moçambicana viria a perder algum terreno, para a cada dos 62 meticais por dólar no final de Fevereiro.

Entre Janeiro e Dezembro de 2017, a apreciação do metical face ao dólar foi de cerca de 20%.

Evolução do Meticais vs principais moedas no ano de 2017 (variação entre Janeiro e Dezembro)



3. Enquadramento Macroeconómico

Face ao euro, a evolução do metical foi mais volátil. Entre Janeiro e Dezembro de 2017, a apreciação do metical foi de apenas 5%, tendo registado um comportamento mais volátil ao longo do ano. O início do ano foi nos 75,5 meticais por euro, desceu até aos 65,9 meticais no final de Maio, para voltar aos 73,8 meticais no final de Setembro, e fechar o ano nos 70,5 meticais por euro.

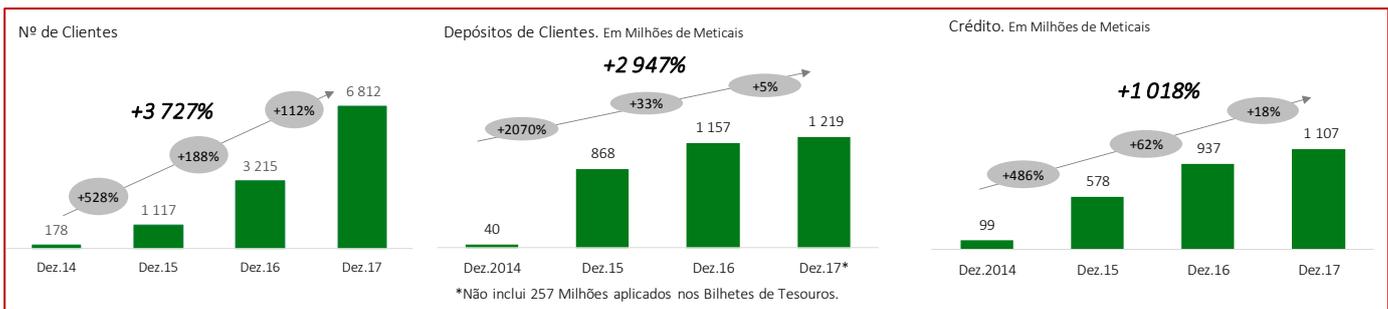
A taxa de câmbio do metical com o rand sul-africano registou também alguma instabilidade em 2017. Começou o ano a transacionar 5,2 meticais por rand e no fim de Março chegou aos 5,6 rands. Desce depois em Julho para os 4,49 meticais por rand, tem uma nova descida em Novembro para 4,24 meticais por rand, para fechar o ano em 4,75 meticais por rand. Já no final de Fevereiro de 2018, o metical volta a desvalorizar para a casa dos 5,2 meticais por rand.

4. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

Principais Linhas de Orientação

A actividade do Banco MAIS em 2017 teve como principal elemento orientador a contínua apresentação de serviços de qualidade focados nas necessidades financeiras dos Clientes. O Banco registou, no período em referência, o crescimento do número de clientes de 112%, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença no mercado. O crédito e os depósitos de Clientes cresceram 18% e 5%, respectivamente o que permitiu ao Banco registar uma variação material na sua quota de mercado, enraizando o seu posicionamento no sector.

Desde o início da reestruturação, em 2014, o Banco continua a registar crescimentos significativos nas suas principais rubricas de negócios, registando crescimentos de +3 727%, +2 947% e +1 018% no número de clientes, depósitos e crédito, respectivamente.



As prioridades estratégicas continuaram a privilegiar a:

1. Focalização e priorização do esforço comercial entre diferentes segmentos;
2. Simplificação máxima da Oferta de Produtos e Serviços
3. Clareza, uniformidade de processos e procedimentos de suporte ao negócio;
4. Aposta na eficiência. Agilidade, celeridade e qualidade nos “momentos da verdade”
5. Modernização de sistemas informáticos.

Durante o ano de 2017 foram realizadas um conjunto de acções, com particular destaque para:

- **Alargamento da presença territorial por via de Agentes Bancários**
O Banco prosseguiu com o aumento da sua presença em zonas geográficas emergentes por via de agentes Bancários, alargando a sua presença para todos os distritos da província da Zambézia.

4. Enquadramento da Actividade

➤ Criação dos Serviços de Apoio ao Retalho – SAR

Procedeu-se com a criação do Serviço de Apoio ao Retalho (SAR), com o propósito de apoiar o desenvolvimento contínuo do negócio do Retalho e a gestão integral dos processos de crédito dos clientes do segmento Funcionário Público.

➤ Início da Ligação do Banco à Rede Internacional VISA

De modo a completar a sua oferta de cartões, teve início a ligação com a Rede Internacional VISA, que está associada a vantagens e benefícios para os Clientes de diversos segmentos, conferindo naturalmente, acesso a rede VISA a nível global.

➤ Início do Projecto Real Transfer

Em parceria com a Real Transfer Portugal foram definidas as bases que permitirão aos Clientes e não Clientes fazer transferências internacionais e levantamento de dinheiro no estrangeiro de forma segura e rápida em vários destinos internacionais, nomeadamente: Portugal e restantes países da União Europeia, Angola, Namíbia, Marrocos, Brasil, entre outros.

➤ O lançamento de novo website nas versões Português, Inglês e Mandarim.

O novo website do Banco MAIS, foi concebido para responder as necessidades de acesso à globalidade de informação de Produtos e Serviços que temos à disposição dos Clientes. Trata-se de uma solução que tem uma identidade visual mais moderna, intuitiva e de fácil navegação. Foi redesenhada em linha com os Valores do Banco e reflecte a transparência, flexibilidade, rigor e orientação para o Cliente – atributos que reforçam o compromisso do Banco em entregar uma proposta de valor robusta e sofisticada.

O novo website segue a tendência do *design* responsivo, que adapta a página e as suas imagens em um formato compatível com a tela utilizada. Essa tecnologia permite a integração de várias plataformas, além de proporcionar uma experiência ainda mais agradável e dinâmica de navegação.

➤ Lançamento do Vídeo Institucional

Procedeu-se com o lançamento do Vídeo Institucional de divulgação da imagem e do posicionamento do Banco MAIS.

➤ Patrocínio do Livro de Fotografia intitulado “Jose Cabral Moçambique,”

➤ Lançamento da Plataforma de Bancassurance

Procedeu-se ao lançamento da plataforma de subscrição de produtos de Banca de Seguros, permitindo ao Banco MAIS emitir

4. Enquadramento da Actividade

de forma célere as propostas de seguros Vida e Não Vida aos seus clientes.

- **Subscrição de depósitos através do Internet Banking:** Como forma de potenciar o crescimento da base de depósitos, o Banco MAIS disponibilizou um conjunto de soluções de captação de poupanças, através da sua plataforma de Internet Banking. Desta forma com funcionalidade disponibilizada o Banco simplificou a subscrição e gestão da oferta de poupança dos clientes. Esta plataforma facilita a disponibilização aos Clientes de informação completa das condições dos produtos subscritos, promovendo desta forma o desenvolvimento de uma relação com os Clientes baseada na transparência.
- **Venda de Crédito aos Clientes do Segmento Funcionário Público:** Lançou a Campanha “Traga um Crédito”, na qual os Clientes do Segmento Funcionário Público foram incentivados a convidar os seus colegas de trabalho, de bom risco, a aderirem ao Crédito Individual.

Foram desenvolvidas iniciativas que visam melhorar e dinamizar a prestação de serviços financeiros aos clientes, que incluem formações para as áreas comerciais ao nível de técnicas de vendas e oferta global de produtos financeiros.

O ano de 2017 também foi marcado pela contínua colocação de POS's nos clientes para dar suporte as suas actividades e melhorar a gestão do dia-a-dia.

Sala de Mercados e Tesouraria

Tem como finalidade assegurar a intervenção do Banco nos mercados monetário, cambial e de capitais por conta própria ou/e de Clientes. A Sala de Mercados continuou a prestar um aconselhamento especializado aos Clientes através de sistemas de negociação, sistemas de comunicação e sistemas de informação que lhe permitem acompanhar os mercados em tempo real.

Canais de Comunicação, interação e Informação:

- ✓ Parceria com Edgbold
- ✓ Ligação a plataforma 360T
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Bolsa de Valores de Moçambique*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Central de Valores Mobiliários de Moçambique*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Reuters e Dealing Eikon*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Fxstreet*

Infraestrutura Tecnológica

O Banco MAIS continuou com a modernização tecnológica e optimização dos sistemas de informação, através de um conjunto de projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da produtividade, alavancando o valor das soluções do negócio, por um lado e, por outro, garantindo a escala necessária para suportar o crescimento do negócio.

Para que fosse possível a concretização dos objectivos de modernização dos sistemas informáticos, o Banco MAIS continuou a investir fortemente nos Sistemas de Informação, com destaque para:

- Instalação do MS360
- Colocação em funcionamento DDR - *Disaster Data Recovery*
- Instalação de um conjunto alargado de módulos do sistema Banca da Exictos;
- Implementação do ManageEngine Service Desk (gestão de helpdesk)
- Início da implementação do projecto e-Tributação;
- Implementação do projecto CRC (Central de Registo do Crédito);
- Implementação do projecto GIFIM;
- Elaboração do estudo do IT Governance do Banco MAIS;
- Instalação de CCTV e Controle de Acessos.

Compliance

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, de forma permanente e efectiva, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração. O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para o Banco e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento de acordo com as regras de “Compliance”.

4. Enquadramento da Actividade

Ao longo de 2017, podemos destacar as seguintes iniciativas feitas ao nível do Compliance, no âmbito da prossecução dos seus objectivos:

- Implementação de novas ferramentas Compliance – Vix Verify online KYC e Habbertec KYT software;
- Utilização e adequação total à plataforma GoAML do GIFIM;
- Monitoria e actualizações ao Código de Ética e Conduta dos Colaboradores;
- Elaboração do plano anual de Compliance
- Elaboração do projecto de Governance Institucional;

Jurídico

O Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos, em consonância com o Departamento de Compliance), construir soluções para a contratação de operações e negócios realizados pelo Banco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor ações judiciais, relativas à defesa dos direitos do banco, defendendo-o nas ações que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Banco.

Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do Banco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do Banco.

Em 2017 foi dada continuidade ao processo de reforço das equipas do Banco MAIS, principalmente na área comercial. Este reforço é necessário para dotar o Banco nas valências necessárias em termos de *know-How* bancário que permita uma implementação eficaz da estratégia definida e cumprir com as exigências do Banco Central.

O número de efectivos alocados à área comercial corresponde a 48% do total do Banco.

4. Enquadramento da Actividade

Colaboradores do Banco MAIS	2017
<i>Serviços Centrais</i>	33
<i>Rede Comercial</i>	36
<i>Total</i>	69

Em 31 de Dezembro de 2017, o quadro de pessoal do Banco MAIS era composto por 69 Colaboradores, dos quais 41 eram do género masculino e 28 do género feminino. Pretende-se evoluir para uma situação mais equilibrada de género e chegar a uma situação próxima de 50% de homens e mulheres.

Colaboradores Banco MAIS	2017
<i>Homens</i>	41
<i>Mulheres</i>	28
<i>Total</i>	69

O Banco MAIS tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens recém Graduados e alguns com experiência de trabalho no sector financeiro. As novas contratações seguem o princípio indicado, no entanto a estrutura de idades e a escolaridade dominada por colaboradores com idades compreendidas entre 31 e 45 anos – representando pouco mais de 47%.

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 36,4 anos, sendo que 47% dos colaboradores do Banco têm entre 31 e 45 anos.

Em Outubro de 2017 foram realizadas acções de formação interna nas vertentes “Técnica de Vendas” e “Core Bancário – Banka 3G”.

Consolidou-se a implementação Software de Recursos Humanos (Primavera), que agrega valor a área de Recursos Humanos, em termos de:

- Gestão de faltas, dispensas e férias
- Entrega do Mapa de Relação Nominal a Direção do Trabalho.
- Pagamento do INSS
- Processamento de Salários
- Extracção de Mapas resumo de contabilização
- Extracção de Declaração de Rendimentos
- Envio de recibos por e-mail

Gestão prudencial

O Banco MAIS acredita que a gestão de riscos é imprescindível para fomentar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a habitual postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta actividade o fortalecem, contribuindo para a solidez do sistema financeiro nacional e a sociedade em geral. O Banco MAIS está sujeito a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua actividade.

A exposição a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, o banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gestão de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da instituição.

Esta exposição é influenciada por diversos factores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa. Na instituição, a exposição é descrita de maneira qualitativa (descrevendo os riscos que são admitidos pelo banco) e quantitativa (valores apurados para cada tipo de risco). A exposição a riscos do banco é definida pelo Conselho de Administração, sendo controlado por limites por tipo de risco.

A exposição a riscos está alinhada com a estratégia do banco, demonstrando o encaixe da estrutura de *governance* na sua definição e acompanhamento. O processo de acompanhamento dos riscos é institucional, sendo considerado desde o processo orçamental.

A gestão de riscos no Banco MAIS obedece a princípios, metodologias e procedimentos de controlo e *report* definidos, atendendo aos riscos específicos de cada negócio. A política de gestão de riscos do Banco MAIS visa a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e *report* de todos os riscos materiais a que a instituição se encontra exposta, tanto por via interna como externa, por forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definida pelo órgão de administração.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos, salientando-se os riscos de naturezas financeira e não financeira, que são intrínsecos à actividade do Banco MAIS.

O Banco MAIS, perante a complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles

4. Enquadramento da Actividade

decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de uma monitorização constante de todos os riscos, de forma a dar segurança e conforto a todas as partes interessadas.

5. ANÁLISE FINANCEIRA

O Banco MAIS – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2014 e 2015, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

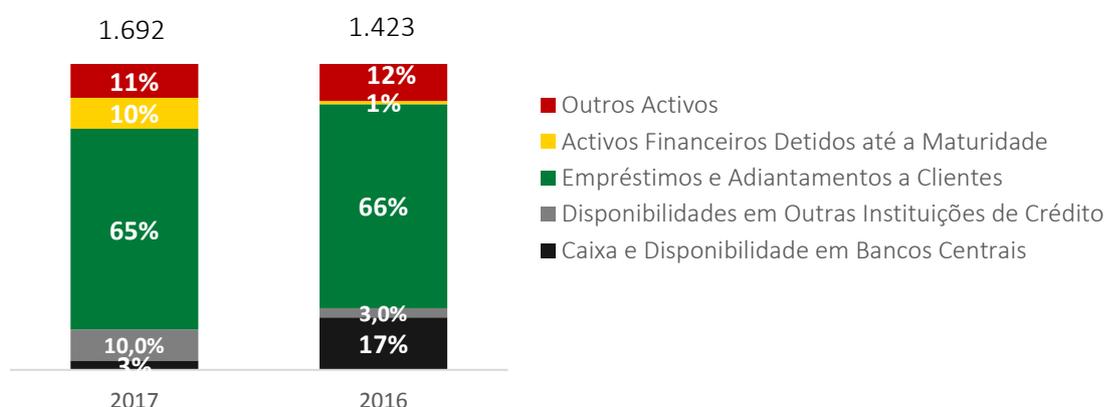
Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, no fomento à captação de recursos, na concessão de crédito aos clientes, no modelo de segmentação de Clientes e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio.

Evolução do Activo

O activo total líquido ascendeu o valor de 1.692 milhões de meticais no final de Dezembro de 2017, contra os 1.423 milhões de meticais apurados em igual período de 2016, o que representa um crescimento de 19% (268,48 milhões de meticais).

No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes passou a representar 65% (2016: 66%), disponibilidades em outras instituições financeiras 10% (2016: 3%), activos financeiros detidos até a maturidade 10%(2016: 1%), Caixa e Disponibilidade no Banco 3% (2016: 17%) e outros activos com 11% (2016: 12%).

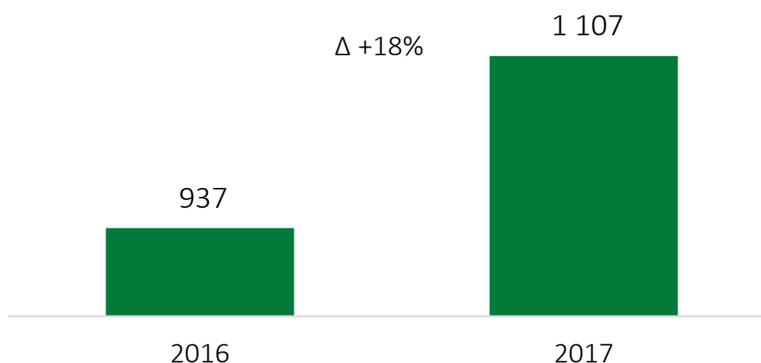
Activo Total (Em Milhões de Meticais)



Carteira de Crédito

O Banco prosseguiu com uma política de concessão de crédito activa mas prudente, tendo-se registado um crescimento desta rubrica, em termos líquidos de 18% (170 milhões de meticais), atingindo 1 107 milhões de meticais em 2017.

Carteira de Crédito (Em Milhões de Meticais)



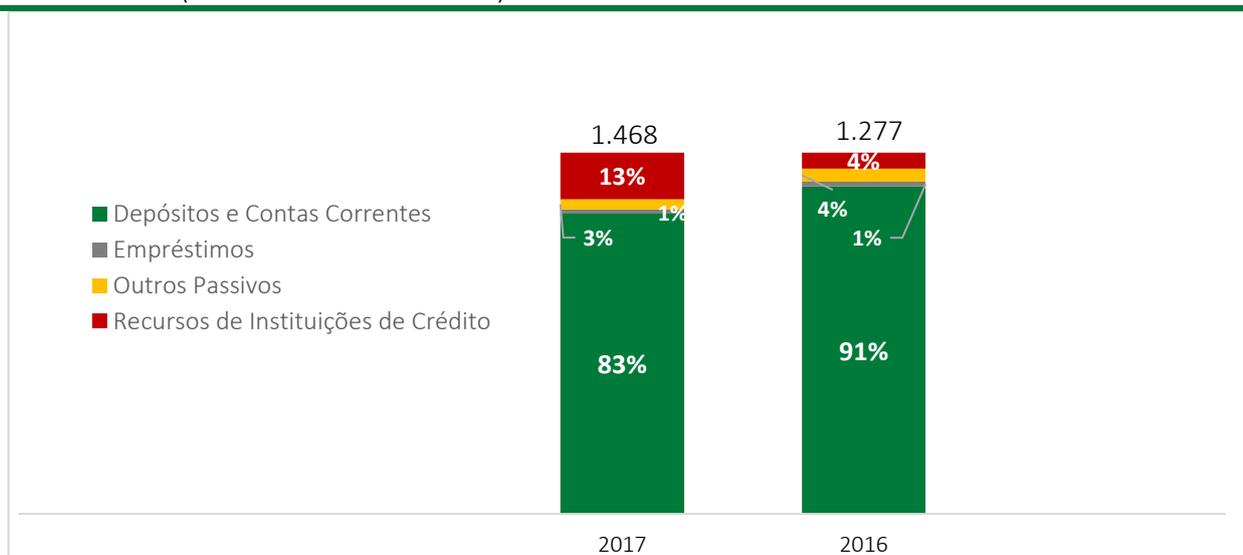
Indicadores do Activo

	2017	2016	Var 2016
Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais	54 377 268	247 945 068	-78%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	171 924 900	42 521 987	304%
Activos Financeiros Disponiveis para Venda	2 682 287	2 682 287	0%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	1 107 360 891	937 196 082	18%
Activos Financeiros Detidos até a Maturidade	163 853 485	19 432 690	743%
Outros Activos	37 935 423	23 432 416	62%
Activos por Impostos Correntes	4 190 103	4 090 103	2%
Activos Tangíveis	109 667 311	118 595 117	-8%
Activos Intangíveis	39 606 714	27 221 345	45%
Total do Activo	1 691 598 383	1 423 117 094	19%

Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 1.468 milhões de meticais, representando um crescimento de 15% (190 milhões de meticais) face a 2016. Este incremento resulta em grande medida do crescimento dos volumes de depósitos recursos de outras instituições de crédito, que se fixaram em 1.218 milhões de meticais e 189.5 milhões de meticais respectivamente. O volume de depósitos representam 83% do passivo.

Passivo Total (Em Milhões de Meticais)



	2017	2016	Valor	Var 2016
Recursos de Instituições de Crédito	189 500 196	56 963 340	132 536 856	233%
Depósitos e Contas Correntes	1 219 818 500	1 157 015 740	62 802 760	5%
Empréstimos	16 531 374	16 753 132	-221 758	-1%
Outros Passivos	27 732 176	31 201 195	-3 469 019	-11%
Provisão para Outros Riscos e Encargos	2 782 078	2 782 078	0	0%
Passivos por Impostos Diferidos	11 528 741	12 263 535	-734 794	-6%
Total do Passivo	1 467 893 065	1 276 979 020	190 914 045	15%

Resultados e Rentabilidade

Em 2017, o resultado do Banco MAIS foi negativo em 35,6 milhões de meticais que compara com o resultado negativo observado em 2016 de 91,3 milhões de meticais. A evolução positiva observada no resultado de 2017, em 62%, deveu-se essencialmente ao desempenho favorável do produto bancário, suportado pela margem financeira.

Em termos operacionais verifica-se o aumento considerável da performance do Banco, tendo o resultado operacional situado em 15,5 milhões de meticais positivos.

Produto Bancário

O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 203,5 milhões de meticais, um crescimento de 51% face ao ano anterior (68,5 milhões

de meticais), o que demonstra um aumento da confiança depositada pelo mercado na actividade do Banco MAIS.

A Margem Financeira situou-se em 140,7 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 95% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 68,6 milhões de meticais. Este incremento da Margem Financeira resulta do crescimento da carteira de crédito em 18%.

O Resultado de Operações Financeiras situou-se em 40,6 milhões de meticais, o que representa uma redução de 29% face ao ano anterior (16,4 milhões de meticais).

Gastos de Estrutura

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 239,9 milhões de meticais, reflectindo um crescimento de 12,5% (26 milhões de meticais) face ao ano anterior.

- Os Gastos com Pessoal fixaram-se em 108,8 milhões de meticais. Não apresentaram alterações face a 2016.
- Os FSE situaram-se em 104,4 milhões de meticais, o que se reflecte num aumento de 22% (18,6 milhões de meticais) face ao ano anterior. O crescimento resulta do incremento dos gastos ligados ao crescimento da actividade;
- As amortizações e depreciações situaram-se em 26,6 milhões de meticais, resultando num aumento de 23% (5 milhões de meticais) face ao ano anterior. Esta subida resulta do investimento feito durante o ano de 2017 em 28,7 milhões de meticais;

As imparidades líquidas fixaram-se em 24,5 milhões de meticais, resultando num aumento de 17% (3,5 milhões de meticais) face ao ano anterior. Este incremento é resultante tanto pelo crescimento da carteira de clientes como pelo crédito vencido como consequência.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	2	349.375.813	190.082.921
Juros e gastos similares	2	(208.664.089)	(117.951.495)
Margem financeira	2	140.711.724	72.131.426
Rendimentos de serviços e comissões	3	30.343.441	23.746.838
Encargos com serviços e comissões	3	(8.143.942)	(17.919.983)
Serviços e comissões líquidas	3	22.199.499	5.826.855
Operações financeiras líquidas	4	40.634.477	57.081.229
Rendimentos operacionais		203.545.700	135.039.510
Imparidade líquida do exercício	13	(24.459.984)	(20.977.478)
Rendimentos operacionais líquidos		179.085.716	114.062.032
Gastos com pessoal	5	(108.813.872)	(105.829.238)
Depreciações e amortizações	17,18	(26.616.951)	(21.562.813)
Gastos operacionais	6	(104.450.163)	(85.835.032)
Provisões líquida	24	-	1.127.425
Outros rendimentos (gastos) operacionais	7	25.267.841	6.185.620
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		(35.527.429)	(91.852.007)
Imposto corrente	8	-	-
Imposto diferido	8	461.072	461.072
Prejuízo do exercício		(35.066.357)	(91.390.935)
Perdas por acção			
Básicos	9	(0,57)	(1,74)
Diluídos	9	(0,57)	(1,74)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INTEGRAL

	Notas	2017	2016
Prejuízo do exercício		(35.066.357)	(91.390.935)
Outros resultados integrais para serem reclassificados em rendimentos/(perdas) em períodos subsequentes			
Reserva de reavaliação - imóveis	18,26	-	-
Passivo por imposto diferido	8	-	-
		-	-
Demonstração dos rendimentos integral, líquido de impostos		(35.066.357)	(91.390.935)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Banco Central	10	54.377.268	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	171.924.900	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	12	2.682.287	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	1.107.360.891	937.196.082
Activos financeiros detidos até a maturidade	14	163.853.485	19.432.690
Outros activos	15	37.935.423	23.432.416
Activos por impostos correntes	16	4.190.103	4.090.103
Activos tangíveis	17	109.667.311	118.595.117
Activos intangíveis	18	39.606.714	27.221.346
Total do activo		1.691.598.383	1.423.117.094
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	19	189.500.196	56.963.340
Depósitos e contas correntes	20	1.219.818.500	1.157.015.740
Empréstimos	21	16.531.374	16.753.132
Outros passivos	22	27.732.177	31.474.918
Provisão para outros riscos e encargos	23	2.782.078	2.782.078
Passivos por impostos diferidos	8	11.528.741	11.989.813
Total do passivo		1.467.893.066	1.276.979.020
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	24	650.000.000	537.366.400
Reserva de reavaliação	25	25.822.862	26.802.639
Outras reservas	25	350.200	350.200
Resultados transitados		(452.467.745)	(418.381.165)
Total do capital próprio		223.705.317	146.138.074
Total do capital próprio e passivo		1.691.598.383	1.423.117.094

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (nota 24)	Reserva de reavaliação (nota 25)	Outras Reservas (nota 25)	Resultados transitados	Total do capital próprio
Balanco em 01 de Janeiro de 2016	434.891.130	27.782.416	350.200	(327.970.006)	135.053.740
Aumento do capital social	102.475.270	-	-	-	102.475.270
Consumo da reserva de reavaliação	-	(979.777)	-	979.777	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(91.390.935)	(91.390.935)
Balanco em 31 de Dezembro de 2016	537.366.400	26.802.639	350.200	(418.381.164)	146.138.074
Aumento do capital social	112.633.600	-	-	-	112.633.600
Consumo da reserva de reavaliação	-	(979.777)	-	979.777	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(35.066.357)	(35.066.357)
Balanco em 31 de Dezembro de 2017	650.000.000	25.822.862	350.200	(452.467.745)	223.705.317

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	2017	2016
Actividades operacionais			
(Prejuízo)/Resultados antes de impostos		(35.527.429)	(91.852.007)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações do exercício	17,18	26.616.951	21.562.813
Ganho na alienação de activos tangíveis		(200.000)	-
Imparidade líquida do exercício	13	24.459.984	20.977.478
Abate de empréstimos e adiantamento de clientes	13	(513.769)	(1.000.000)
Provisão líquida do exercício	23	-	(1.127.425)
Aumento (Diminuição) dos activos operacionais	27,28	(209.672.570)	(499.961.155)
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais	27	59.060.020	297.461.946
Impostos pagos	16	(100.000)	(1.146.869)
Net cash flows from operating activities		(135.876.813)	(255.085.219)
Actividades de Investimento			
Aquisição de activos tangíveis	17	(3.985.687)	(13.195.900)
Alienação de activos tangíveis	17	200.000	79.035
Aquisições de activos intangíveis	18	(26.088.827)	(12.461.903)
Recebimentos em caixa da venda de activos financeiros detidos até a maturidade	14	805.485.284	120.839.229
Aquisição de activos financeiros detidos até a maturidade	14	(949.906.079)	(100.093.921)
Caixa líquida de actividades de investimento		(174.295.310)	(4.833.460)
Actividades de financiamento			
Aumento do capital social	24	112.633.600	102.475.270
Recursos de instituições de crédito	19	132.536.856	56.963.340
Empréstimos	21	(221.758)	(6.021.124)
Cash flows used in financing activities		244.948.698	153.417.486
Increase / (Decrease) in cash and cash equivalents		(65.223.425)	(106.501.193)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	28	122.557.734	229.058.926
Cash and cash equivalents at end of the year	28	57.334.305	122.557.734
Juros recebidos		323.311.407	180.177.643
Juros pagos		(187.620.687)	(89.476.665)
Dividendos recebidos		-	-

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Introdução

O Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (doravante designado por Banco Mais ou Banco) é um banco privado comercial, criado em 30 de Março de 1999, com sede social em Maputo na Avenida Julius Nyerere, nº2385.

O Banco Mais tem por objecto o exercício da actividade de instituição de crédito tipo banco prevista na lei das instituições de crédito e sociedades financeiras.

O Banco Mais centra a sua actividade no fornecimento de produtos competitivos a um nível excepcional de serviço aos seus clientes, estando mais direccionado para clientes Empresariais e Particulares.

1. Políticas contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

As Demonstrações Financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de Março 2018 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral na mesma data.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Princípio da continuidade

O Banco apresentava um prejuízo líquido do exercício no montante de 35.066.357 Meticais (2016: 91.390.936 Meticais) e, nessa data, apresentava prejuízos acumulados no montante de 452.467.745 Meticais (2016: 418.381.165 Meticais). O banco continua a fazer perdas.

Adicionalmente, o capital próprio do Banco a 31 de Dezembro de 2017 é inferior a 50% do seu capital social, o que coloca o Banco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando -se imperativo a implementação de medidas, a serem apresentadas em Assembleia Geral de Accionistas para aprovação das contas do exercício de 31 de Dezembro de 2017, que impeçam a aplicação das acções previstas no referido artigo.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Estas condições, poderão dar origem a incertezas e dúvidas significativas sobre a continuidade das operações do Banco, bem como na sua capacidade para realizar os seus activos e cumprir com as suas obrigações no curso normal dos negócios.

Consequentemente, a base de continuidade em que as contas foram preparadas depende fortemente de obtenção de recursos financeiros adequados por parte dos accionistas ou novos investidores bem como à realização de operações lucrativas no futuro.

O Conselho de Administração implementou medidas para rentabilizar o Banco, como a diversificação das linhas de negócios e um controlo mais rigoroso dos custos. Adicionalmente, os accionistas receberam recentemente a aprovação do Banco de Moçambique para prosseguir com o aumento de capital social e existe a possibilidade de entrada de um novo accionista. O aumento de capital, dividido em duas fases, será até 1.000.000.000 Meticais (um bilião de Meticais), todo a ser realizado em 2018. Este aumento de capital permitirá a diversificação das operações, melhorar as relações comerciais e de negócios e, desta forma, cumprir com os requisitos do artigo 119º acima mencionado.

Nestas circunstâncias, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade. Esta base pressupõe que o Banco continuará a receber o apoio dos accionistas e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal dos seus negócios.

Perdas por imparidade em crédito

O Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito mal parado no final de cada data de relato, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, o Conselho de Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída numa percentagem mínima de 2%, com base em informação histórica de incumprimento. (Nota 13)

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível no mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras. No entanto,

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

quando o justo valor não pode ser razoavelmente determinado com base nas técnicas de avaliação, o instrumento financeiro é mensurado ao custo.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), Imposto do Selo e IVA.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 8.1)

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas como segue:

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	2017	2016
Dólar Norte-Americano	59,02	71,35
Euro	70,70	75,16
Rand Sul Africano	4,79	5,20
Libra	79,66	87,90

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Data do reconhecimento*

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) *Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros*

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para a venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iv) *Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos*

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Banco concede crédito, bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.

Após a mensuração inicial, empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva, menos provisão para

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em "Juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

v) *Activos financeiros detidos até à maturidade*

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, e são deduzidos de perdas de imparidade. Custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados.

Se o Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

vi) *Passivos financeiros*

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidas pelo custo amortizado utilizando a o método da taxa de juro efectiva.

vii) *Ganhos ou perdas do primeiro dia*

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

c) *Justo valor de instrumentos financeiros*

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O Mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizariam para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de *inputs* para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração
- Nível 2 — Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 — Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor) no final de cada período de reporte.

d) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Expira o direito contractual a receber fluxos de caixa; e
- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

A anulação do reconhecimento dos passivos financeiros é efectuada quando:

- A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

- Um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

e) Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia, a cada data de balanço se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras, e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda cumulativa que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida nos lucros ou prejuízos ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido.

ii) *Empréstimos e adiantamentos a clientes*

Para os empréstimos e adiantamentos a clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova de objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existir provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço líquido das perdas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda é a actual taxa de juro efectiva. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. O Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração dos resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral. Isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. O Conselho de Administração do Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

iv) Avaliação dos colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e a cada data de balanço, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Na medida do possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros,

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

v) *Colaterais readquiridos*

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado.

Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

f) **Compensação de instrumentos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

g) **Garantias financeiras**

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede por vezes garantias financeiras, tais como Cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido. Actualmente o Banco não tem garantias financeiras na forma de cartas de crédito concedidas a terceiros.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração dos resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia. Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é reconhecido na demonstração dos resultados em 'Rendimento líquido de taxas e comissões' numa base da vida útil da garantia.

h) **Reconhecimento de rédito e gastos**

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) *Juros, rendimentos e gastos similares*

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ii) *Rendimentos provenientes de serviços e comissões*

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado no em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Comissões cobradas pela prestação de serviços.

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) *Rendimento líquido em operações financeiras*

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira.

i) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem as reservas no Banco Central.

j) **Activos tangíveis**

Os activos tangíveis, com excepção dos imóveis que são mensurados pelo Modelo da revalorização, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	<u>Anos</u>
Imóveis	20-50
Edifícios arrendados	4-6
Equipamentos	4 – 10

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo, anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados. Contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização, até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização, com respeito a esse activo.

A reversão de reavaliações podem ser transferidas à resultados transitados parcial ou completamente realizados pela venda dos activos que originou o mesmo ou pela depreciação.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

l) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo, e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Impostos

i) *Impostos correntes*

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

ii) *Impostos diferidos*

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

n) Contratos de locação

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação à data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário

As rendas pagas são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo da vida do contrato de locação.

Quando um contrato de locação é terminado antes do período de locação, qualquer pagamento efectuado ao locador a título de indemnização é reconhecido como gasto no período a que respeita.

o) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidas como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

p) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

NIRF 9 Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, a norma que irá substituir a IAS 39 para exercícios que iniciam em ou depois de 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida. Em 2017, o Banco criou uma equipa multidisciplinar de implementação (“Equipa”) com membros da área de Risco, Finanças e Operações para preparar a implementação da IFRS 9 (“O Projecto”). O projecto é patrocinado pelos directores de risco e finanças, que reportam regularmente à Comissão Executiva do Banco e é gerido dentro da estrutura de transformação do Banco.

O projecto tem fluxos de trabalho individuais claros dentro de duas sub-equipas para classificação e mensuração e imparidade. As sub-equipas têm orçamentos individuais com seis fases principais: avaliação inicial e análise, projecto, construção, teste do sistema,

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

execução paralela em 2017 e implementação em 2018. A etapa inicial de avaliação e análise foi concluída no final de 2015 para todos os fluxos de trabalho. Ambas as sub-equipas de classificação e mensuração e imparidade já concluíram as fases de análise e projecto e avaliaram os correspondentes requisitos de divulgação.

(a) Classificação e mensuração

Na perspectiva de classificação e mensuração, a nova norma exigirá que todos os activos financeiros, excepto instrumentos de capital e derivativos, sejam avaliados com base na combinação do modelo de negócios da entidade para administrar os activos e as características contractuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

As categorias de mensuração da IAS 39 serão substituídas por: justo valor através do resultado (FVPL), justo valor através outros rendimentos integrais (OCI) (FVOCI) e custo amortizado. A NIRF 9 também permitirá que as entidades continuem a designar de forma irrevogável instrumentos que se qualificam para o custo amortizado ou justo valor através instrumentos de OIC como FVPL, se isso eliminar ou reduzir significativamente a inconsistência de mensuração ou reconhecimento. Instrumentos de capital que não são mantidos para negociação podem ser irrevogavelmente designados como FVOCI, sem nenhuma reclassificação subsequente de ganhos ou perdas na demonstração de resultados.

A contabilização de passivos financeiros será em grande parte a mesma dos requisitos da IAS 39, excepto o tratamento de ganhos ou perdas decorrentes do risco de crédito da própria entidade relacionados com passivos designados pelo FVPL. Tais movimentos serão apresentados em OIC sem reclassificação subsequente para a demonstração de resultados, a menos que surja um desfaseamento contabilístico nos lucros ou prejuízos.

Transição e impacto: a data de aplicação obrigatória da IFRS 9 é 1 de Janeiro de 2018. Os requisitos de classificação, mensuração e imparidade serão aplicados retrospectivamente ajustando os saldos iniciais do balanço na data da aplicação inicial. Não há obrigatoriedade de reproduzir informação comparativa.

Para o Banco, a aplicação da IFRS 9 reduz os fundos próprios à 1 de Janeiro de 2018 em MZN 7.061.591 decorrente da aplicação da nova metodologia de imparidade baseada em perdas esperadas (ECL Expected Credit Loss). Não houve qualquer impacto resultante da necessidade de aplicação da nova classificação e mensuração de activos financeiros. Esses impactos tomam em consideração as emendas de escopo restrito feitas à IFRS 9 pelo IASB em Outubro de 2007, intituladas “Características de Pré-Pagamento com Compensação Negativa (Emendas à IFRS 9)”.

Estas emendas, que não são efectivas até períodos anuais que iniciam em ou depois de 1 de Janeiro de 2019, podem ser adoptadas antecipadamente. As emendas permitem que alguns activos financeiros com pagamento antecipado com compensação negativa sejam mensurados ao custo amortizado, mas que pela emenda, teriam sido mensurados pelo justo valor através do resultado. Uma compensação surge quando as cláusulas contractuais permitem que o mutuário pague antecipadamente o instrumento antes do seu vencimento contractual, mas o valor do pré-pagamento poderia ser menor do que os

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

montantes não pagos de capital e juros. Para se qualificar para a mensuração ao custo amortizado, a compensação negativa deve ser uma “compensação razoável” para rescisão antecipada do contracto.

NIRF 15 Réditos de contratos com clientes

Em Maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, com vigência a partir de 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida. A IFRS 15 define princípios para o reconhecimento do rédito e será aplicável a todos os contratos com clientes. No entanto, os rendimentos de juros e comissões relacionadas com instrumentos financeiros e arrendamentos continuarão fora do âmbito da IFRS 15 e serão regulados pelas demais normas aplicáveis (por exemplo, IFRS 9 e IFRS 16 Locações).

De acordo com a IFRS 15, o rédito será reconhecido à medida que os bens e serviços forem transferidos, na medida em que o cedente preveja a titularidade dos bens e serviços. A norma também irá especificar um conjunto abrangente de requisitos de divulgação relacionados à natureza, extensão e prazo, bem como qualquer incerteza de receita e fluxos de caixa correspondentes com os clientes.

Transição e impacto: O Banco não prevê adopção antecipada da IFRS 15 e não espera nenhum impacto significativo.

NIRF 16 Locações

O IASB emitiu a NIRF 16 Locações que requer que a maior parte das locações sejam reconhecidas em balanço. Os locatários terão um único modelo de contabilização para todas as locações, com determinadas excepções. A contabilização pelos locadores vai ser substancialmente inalterada. A norma contém requisitos de divulgação adicionais para os contratos de locação celebrados. Esta nova norma tornar-se-á efectiva em 1 de Janeiro de 2019, com a adopção antecipada muito limitada. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em avaliação.

q) Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações pela primeira vez, que são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017. O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não é eficaz. A natureza e o impacto dessas alterações são apresentadas abaixo. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2017, as mesmas não apresentaram um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco. A natureza e o impacto de cada nova norma aplicável ou alteração apresenta-se como segue:

Alterações à NIC 7 Demonstração dos fluxos de caixa

Em Janeiro de 2016, o IASB emitiu alterações à NIC 7 Demonstração de Fluxos de Caixa com a intenção de melhorar as divulgações da actividades de financiamento e ajudar os usuários a entender melhor a posição de liquidez das entidades que reportam. De acordo com os

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

novos requisitos, as entidades terão de divulgar as alterações nos seus passivos financeiros como resultado de actividades de financiamento, tais como alterações de fluxos de caixa e itens não monetários (por exemplo, ganhos e perdas devido a movimentos de moeda estrangeira). A alteração não teve nenhum impacto na Banco.

Alterações à NIC 12 Imposto sobre o rendimento

As alterações esclarecem que o banco deve considerar se a lei fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra os quais pode ser feita a dedução sobre a reversão da diferença temporal dedutível, relacionada com as perdas. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre como devem ser determinados os lucros tributáveis futuros e explica as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns activos para mais do que a sua quantia escriturada. Estas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. No entanto, sua aplicação não tem efeito sobre as demonstrações financeiras do banco.

Não ocorreram alterações nas estimativas e, não foram identificados erros que resultassem em reexpressão das contas.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2017	2016
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	284.586.979	184.797.083
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	2.866.539	5.259.839
Juros de activos financeiros detidos até a maturidade	61.908.833	-
Juros de outros rendimentos	13.463	25.999
	<u>349.375.813</u>	<u>190.082.921</u>
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes (Nota 20)	131.694.972	108.607.367
Juros de recursos de banco central e instituições de crédito	39.785.730	8.534.338
Juros de empréstimos obtidos de terceiros	37.183.387	809.789
	<u>208.664.089</u>	<u>117.951.495</u>
	<u>140.711.724</u>	<u>72.131.426</u>

3. Serviços e comissões líquidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	2017	2016
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Por garantias prestadas	9.048.659	7.517.911
Outros rendimentos de serviços e comissões	15.153.496	12.477.514
Outros rendimentos de serviços e comissões	6.141.285	3.751.412
	30.343.441	23.746.838
<i>Encargos com serviços e comissões</i>		
Garantias e avales	5.610.421	16.292.363
Outros encargos com taxas e comissões	1.562.881	269.633
Por serviços e comissões bancárias	970.640	1.357.987
	8.143.942	17.919.983
	22.199.499	5.826.855

4. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2017	2016
<i>Ganhos em operações financeiras</i>		
Ganhos em operações cambiais	760.829.836	830.481.903
	760.829.836	830.481.903
<i>Perdas em operações financeiras</i>		
Perdas em operações cambiais	720.195.359	773.400.674
	720.195.359	773.400.674
<i>Operações financeiras líquidas</i>	40.634.477	57.081.229

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	2017	2016
Vencimentos e salários	104.963.387	101.963.755
Impostos	3.850.485	3.865.483
	108.813.872	105.829.238

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

6. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2016
Honorários profissionais	29.246.469	26.225.689
Consumíveis	5.164.594	4.121.655
Rendas e alugueres	19.234.316	21.001.404
Água, energia e combustíveis	4.071.573	2.663.928
Despesas de deslocação e representação	6.655.400	9.117.244
Segurança	3.467.360	3.544.730
Impostos	7.766.512	1.253.083
Multas	5.011.805	370.096
Quotizações e donativos	676.242	329.030
Comunicação	10.400.405	9.393.130
Outros	12.755.487	7.815.042
	104.450.163	85.835.032

Outros incluem o seguinte:

	2017	2016
Serviços de fotocópias	348.118	98.073
Seguros	1.156.409	700.111
Serviços de higiene e limpeza	910.924	1.214.051
Transporte de valores	464.355	748.786
Indemnizações a terceiros	-	500.000
Presentes	1.013.055	473.279
Publicidade	461.525	-
Outros	8.401.070	4.080.743
	12.755.457	7.815.043

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2016
Outros ganhos		
Recuperação de crédito abatido	9.037.799	2.715.794
Ganho em activos tangíveis (nota 17,18)	200.000	12.969
Outros	16.030.042	3.456.857
	25.267.841	6.185.620

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

A rubrica de Outros inclui outros serviços bancários, tais como emissão de cheques, swifts, entre outros. O aumento significativo é basicamente influenciado pela compensação do accionista GeoCapita, onde concordou em pagar ao banco juros devido a demora no aumento de capital. Solicitado pelos restantes accionistas e totalmente acordado com a GeoCapital.

8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos correntes apresentam-se como segue:

	2017	2016
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	461.072	461.072
	461.072	461.072

8.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017		2016	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		(35.066.357)		(91.390.936)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	32,00%	(11.221.234)	32,00%	(29.245.099)
<u>Correcções fiscais</u>				
Encargos não dedutíveis	9%	3.153.057	-2,50%	2.286.902
Rendimentos não tributáveis	0,42%	(147.543)	0,16%	(147.543)
Prejuízos fiscais a (utilizar)/reportar	23,43%	3.060.489	29,66%	(27.105.740)
Tributação	-	-	-	-

As despesas não dedutíveis relacionam-se basicamente a sanções, despesas relacionadas com veículos de terceiros que não se qualificam ao custo fiscal ao abrigo da lei fiscal.

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2017, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

<u>Data início</u>	<u>Data fim</u>	<u>Valor dos prejuízos fiscais</u>	<u>Valor a taxa imposto (32%)</u>
2013	2018	70.629.930	22.601.578
2014	2019	57.603.283	18.433.051
2015	2020	96.253.041	30.800.973
2016	2021	84.705.439	27.105.740
2017	2022	25.674.125	8.215.720
		334.865.817	107.157.062

O activo por impostos diferidos no valor de 107.157.062 Meticais não foi reconhecido, uma vez que os Administradores não acreditam que os critérios de reconhecimento da IAS 12 tenham sido cumpridos.

8.2 Os movimentos nos impostos diferidos apresentam-se como segue:

	2016	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2017
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos tangíveis por imposto diferido	(11.989.813)	-	461.072	979.777	(979.777)	(11.528.741)
	(11.989.813)	-	461.072	979.777	(979.777)	(11.528.741)
			461.072		-	

	2015	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2016
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos tangíveis por imposto diferido	(12.450.885)	-	461.072	979.777	(979.777)	(11.989.813)
	(12.450.885)	-	461.072	979.777	(979.777)	(11.989.813)
			461.072		-	

Passivos por imposto diferidos está relacionado com construções mensuráveis pelo modelo de reavaliação (Nota 17).

9. Resultados por acção

Ganhos básicos e diluídos por acção

O cálculo dos ganhos básicos e diluídos por acção, em 31 de Dezembro de 2017, baseia-se no rendimento/ (prejuízo) atribuível aos accionistas ordinários no valor de 35.066.327 Meticais (2016: 91.937.830 Meticais) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 de 61.961.104 acções (2016: 52.654.605), calculado como segue:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	2017	2016
Rendimento/(perda) atribuído aos accionistas detentores de ações ordinárias		
Prejuízo do exercício	(35.066.357)	(91.390.936)
Número médio ponderado de ações ordinárias	61.961.104	52.654.605
Ganhos/(Perdas) por ação		
Básicos	(0,57)	(1,74)
Diluídos	(0,57)	(1,74)

10. Caixa e disponibilidades em Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresentam-se como segue:

	2017	2016
<i>Numerário em cofre</i>		
Moeda nacional	11.179.588	16.452.444
Moeda estrangeira	11.362.650	14.433.752
	<u>22.542.238</u>	<u>30.886.196</u>
<i>Saldos com o Banco de Moçambique</i>		
Moeda nacional	21.059.066	200.123.109
Moeda estrangeira	10.775.964	16.935.762
	<u>31.835.030</u>	<u>217.058.872</u>
	<u>54.377.268</u>	<u>247.945.068</u>

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir reservas obrigatórias.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2017, especificado pelo aviso do Banco Central, estabelece que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 14 % de todos os clientes e depósitos do Governo Moçambicano. A reserva de caixa mínima exigida em 31 de Dezembro de 2017 ascende a 168.967.864 Meticais (167.909.324 Meticais em 2016).

Estes depósitos obrigatórios não são remunerados e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa.

11. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos nacionais		
Moeda nacional	23.862.975	7.991.302
Moeda estrangeira	278.687	3.403.637
	<u>24.141.662</u>	<u>11.394.939</u>
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	147.783.238	31.127.048
	<u>147.783.238</u>	<u>31.127.048</u>
	<u>171.924.900</u>	<u>42.521.987</u>

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos em outras instituições de crédito. Tratam-se de saldos de liquidez imediata.

12. Activos financeiros disponíveis para venda

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique	2.682.287	2.682.287
	<u>2.682.287</u>	<u>2.682.287</u>

O saldo dos activos financeiros disponíveis para venda, respeita a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores que está em curso de criação. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

Dado que não existe um mercado activo onde o justo valor possa ser mensurado com fiabilidade, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Adicionalmente, com base em toda informação relevante e disponível na data do Balanço, não há prova objectiva de que o activo financeiro esteja em imparidade e, por conseguinte, não foi reconhecido qualquer gasto por imparidade

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	2017	2016
<i>Credito e juros sem imparidade</i>		
Empréstimos	1.126.304.533	935.433.085
Descobertos bancários	47.122	4.425.993
	<u>1.126.351.655</u>	<u>939.859.078</u>
<i>Credito e juros com imparidade</i>		
Empréstimos	35.857.650	28.239.203
	<u>35.857.650</u>	<u>28.239.203</u>
	<u>1.162.209.305</u>	<u>968.098.281</u>
Imparidade do crédito	(54.848.414)	(30.902.199)
	<u>1.107.360.891</u>	<u>937.196.082</u>

A análise pela concentração do risco por finalidade apresenta-se como segue:

	2017	2016
Empréstimo à Empresas	565.553.583	646.618.131
Empréstimo à particulares	548.962.577	272.017.210
Empréstimo à trabalhadores	47.693.145	49.462.940
	<u>1.162.209.305</u>	<u>968.098.281</u>

A maturidade dos empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

	2017	2016
Até 3 meses	269.223.984	451.804.730
De 3 meses a 1 ano	197.966.794	126.120.680
De 1 ano a 5 anos	576.045.941	322.265.083
Mais de 5 anos	118.972.586	67.907.789
	<u>1.162.209.305</u>	<u>968.098.281</u>

movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

	2017		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	15.406.922	15.495.277	30.902.199
Imparidade do exercício	27.639.354	20.232.446	47.871.799
Reversão do exercício	(7.767.868)	(15.643.947)	(23.411.815)
Utilização	(513.769)	-	(513.769)
Saldo final	<u>34.764.639</u>	<u>20.083.776</u>	<u>54.848.414</u>

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	2016		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	1.898.561	9.026.160	10.924.721
Imparidade do exercício	17.971.680	15.875.595	33.847.275
Reversão do exercício	(3.463.319)	(9.406.478)	(12.869.797)
Utilização	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Saldo final	15.406.922	15.495.277	30.902.199

14. Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade apresentam-se da seguinte forma:

	2017	2016
<i>Outros títulos de rendimento fixo</i>		
Bilhetes do Tesouro	117.815.985	19.432.690
Obrigações de Tesouro	46.037.500	-
	163.853.485	19.432.690

Os Bilhetes do Tesouro representam investimentos de curto prazo (91 dias), com juros a uma taxa fixa de 24%, com início em 15 de Novembro de 2017 e com vencimento em 14 de Fevereiro de 2018.

As Obrigações de tesouro representam investimentos a curto prazo (180 dias) com juros a uma taxa fixa de 25%, com início em 27 de Outubro de 2017 e vencimento em 25 de Abril de 2018.

A 31 de Dezembro de 2017, a análise dos activos financeiros detidos até à maturidade por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2017	2016
Até 3 meses	117.815.985	19.432.690
De 3 meses a 1 ano	46.037.500	-
	163.853.485	19.432.690

Os movimentos de activos financeiros detidos até à maturidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 apresentam-se como segue:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	2017	2016
Saldo inicial	19.432.690	40.177.998
Aquisições	949.906.079	100.093.921
Alienações/reembolsos	(805.485.284)	(120.839.229)
Saldo final	163.853.485	19.432.690

15. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

	2017	2016
Cheques a cobrar	4.872.988	11.475.568
Acréscimos e diferimentos	4.832.315	5.716.645
Adiantamentos a fornecedores	2.883.405	5.653.614
Geocapital - Gestão de Participações S.A	9.792.960	-
Depósitos de caução	12.000.000	-
Garantia	2.098.002	-
Outros	1.455.752	586.589
	37.935.423	23.432.416

O saldo da Geocapital - Gestão de participações, SA é uma remuneração que este acionista concordou em pagar ao Banco devido ao aumento de capital realizado por este acionista. Isto foi solicitado pelos outros acionistas e totalmente acordado pela Geocapital.

Os depósitos de garantia estão relacionados à garantia que o Banco fez no Banco Central.

16. Activos por impostos correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como segue:

	2017	2016
Pagamentos por conta de IRPC	1.661.610	1.561.610
Retenção na fonte de IRPC	2.528.493	2.528.493
	4.190.103	4.090.103

17. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	Imóveis	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
A 1 de Janeiro de 2016	66.893.790	66.917.597	12.355.894	17.814.809	163.982.090
Aumentos	1.988.253	7.787.222	-	3.420.425	13.195.900
Alienações	-	(103.088)	-	-	(103.088)
Transferências	-	1.328.186	16.125.465	(17.453.651)	-
A 31 de Dezembro de 2016	68.882.043	75.929.917	28.481.359	3.781.583	177.074.902
Aumentos	-	127.484	2.700.176	1.158.027	3.985.687
Abate/Alienações	-	(1.572.238)	-	-	(1.572.238)
Transferências	-	2.975.306	-	(2.975.306)	-
A 31 de Dezembro de 2017	68.882.043	77.460.469	31.181.535	1.964.304	179.488.351

	Imóveis	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Total
Depreciação e imparidade				
A 1 de Janeiro de 2016	5.685.254	28.561.372	12.325.290	46.571.916
Depreciação do exercício	1.510.224	9.181.738	1.239.960	11.931.922
Alienações	-	(24.053)	-	(24.053)
A 31 de Dezembro de 2016	7.195.478	37.719.057	13.565.250	58.479.785
Depreciação do exercício	1.520.166	9.600.770	1.792.558	12.913.494
Alienações	-	(1.572.238)	-	(1.572.238)
A 31 de Dezembro de 2017	8.715.644	45.747.589	15.357.808	69.821.041

Valor líquido contabilístico					
A 1 de Janeiro de 2016	61.208.536	38.356.225	30.604	17.814.809	117.410.174
A 31 de Dezembro de 2016	61.686.565	38.210.860	14.916.109	3.781.583	118.595.117
A 31 de Dezembro de 2017	60.166.399	31.712.880	15.823.727	1.964.304	109.667.311

O aumento reflectido em equipamentos refere-se, essencialmente, ao custo de aquisição de ATM's, notebooks, computadores, mobiliário de escritório, entre outros.

No edifício arrendado a adição refere-se à melhoria dos edifícios de arrendamento da Avenida Eduardo Mondlane nomeadamente: reabilitação de edifícios incluindo pintura.

Nenhuma das propriedades do Banco se encontra sujeita a hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

O Banco adopta o modelo da reavaliação para todos os imóveis. Em referência a 31 de Dezembro de 2017, os imóveis do Banco foram objecto de uma reavaliação por uma entidade independente para determinar o seu justo valor. O justo valor foi determinado em 60.902.463 Meticais. Embora os imóveis não tenham sido reavaliados durante o exercício, o Conselho de Administração acredita que o valor actual dos imóveis não é muito diferente do valor registado nas contas. O banco reavalia o imóvel a cada 3 anos.

Se os activos tangíveis foram mensurados com base no custo histórico, o custo de aquisição e a depreciação acumulada apresentam-se como segue:

	2017	2016
Custo de aquisição	24.370.771	24.370.771
Depreciação acumulada	4.660.322	3.106.881
	19.710.449	21.263.890

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

18. Activos intangíveis

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Software	Licenças	Investimento em curso	Total
Custo:				
A 1 de Janeiro de 2016	55.390.278	1.151.299	-	56.541.577
Aumentos	1.752.715	-	10.709.188	12.461.903
Transferência	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2016	57.142.993	1.151.299	10.709.188	69.003.480
Aumentos	20.657.737	-	5.431.090	26.088.827
Transferência	10.249.963	-	(10.249.963)	-
A 31 de Dezembro de 2017	88.050.693	1.151.299	5.890.315	95.092.307
Amortização e imparidade				
A 1 de Janeiro de 2016	32.119.266	31.977	-	32.151.243
Amortização do exercício	9.247.164	383.728	-	9.630.891
A 31 de Dezembro de 2016	41.366.430	415.705		41.782.134
Amortização do exercício	13.319.729	383.728	-	13.703.457
A 31 de Dezembro de 2017	54.686.159	799.433		55.485.591
Valor líquido contabilístico				
A 1 de Janeiro de 2016	23.271.012	(31.977)	-	24.390.334
A 31 de Dezembro de 2016	15.776.563	(415.705)	10.709.188	27.221.346
A 31 de Dezembro de 2017	33.364.534	351.866	5.890.315	39.606.714

O valor transferido dos investimentos em curso estão relacionados com os seguintes projectos concluídos em 2017:

- Serviços bancários;
- Processo de gestão de negócios, e
- CRC Project.

O saldo em investimentos em curso refere-se à vários projectos tais como: Primavera Module RH, WEB SITE, Project- GIFIM, EDECLARATION. Para todos estes projectos o banco espera que sejam concluídos em 2018.

Nenhum Software do Banco se encontra sujeito a penhora em referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

19. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito referem-se a empréstimos de curto prazo concedidos por bancos nacionais

	2017	2016
Bancos nacionais	189.500.196	56.963.340
	189.500.196	56.963.340

Os Recursos de outras Instituições de crédito – Bancos nacionais, representam empréstimos de curto prazo com Bancos Comerciais, a uma taxa fixa de 19,5%, com data início a 28 de Dezembro de 2017 e com vencimento em 04 de Janeiro de 2018.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

20. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	304.093.096	602.295.230
Moeda estrangeira	106.546.540	38.403.454
	<u>410.639.636</u>	<u>640.698.684</u>
Depósitos a prazo		
Moeda nacional	764.450.676	514.533.306
Moeda estrangeira	44.728.189	1.783.750
	<u>809.178.865</u>	<u>516.317.056</u>
	<u>1.219.818.500</u>	<u>1.157.015.740</u>

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Corrente	410.639.636	647.009.483
Inferior a 3 meses	527.875.530	353.423.771
De 3 meses a 1 ano	281.303.334	156.582.486
	<u>1.219.818.500</u>	<u>1.157.015.740</u>

21. Empréstimos

Empréstimos apresentam-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ico - Instituto de Crédito	16.531.374	16.753.132
	<u>16.531.374</u>	<u>16.753.132</u>

A reconciliação de empréstimo apresenta-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de Janeiro	16.753.132	10.607.224
Juros pagos	707.409	912.575
Diferenças cambiais	(929.167)	5.233.333
	<u>16.531.374</u>	<u>16.753.132</u>

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

22. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a pagar	13.462.985	23.047.830
Acréscimo de gastos	10.222.762	6.497.947
Outros	4.046.430	1.929.141
	<u>27.732.177</u>	<u>31.474.918</u>

23.

23. Provisão para outros riscos e encargos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Litígios	2.604.144	2.604.144
Férias	177.934	177.934
	<u>2.782.078</u>	<u>2.782.078</u>

O movimento da provisão para outros riscos e encargos apresenta-se como segue:

	<u>Litígios</u>	<u>Férias</u>	<u>Total</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	2.604.144	177.934	2.782.078	3.909.503
Aumento	-	-	-	855.000
Utilização/reversão	-	-	-	(1.872.219)
Saldo final	<u>2.604.144</u>	<u>177.934</u>	<u>2.782.078</u>	<u>2.892.284</u>

Provisão para Litígios

A provisão para Litígios refere-se a várias acções de impugnação de rescisão de contrato de trabalho intentadas por ex-trabalhadores. Estas acções foram ao tribunal e foram desfavoráveis para o banco

Provisão para Férias

A provisão para férias, refere-se a férias não gozadas dos trabalhadores Ussene Valgy (62.544 Meticais) e Maria João Fernandes (90.097 Meticais).

24. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

2017	Número de ações	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31.289.791	10	312.897.910	48,14%
Africinvest Financial Sector Limited	28.213.020	10	282.130.200	43,40%
Gildo Dos Santos Lucas	2.726.776	10	27.267.760	4,20%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	2,92%
Outros	871.114	10	8.711.140	1,34%
	65.000.000		650.000.000	100,00%

2016	Número de ações	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	20.026.431	10	200.264.310	37,27%
Africinvest Financial Sector Limited	28.213.020	10	282.130.200	52,50%
Gildo Dos Santos Lucas	2.726.776	10	27.267.760	5,07%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1.899.299	10	18.992.990	3,53%
Outros	871.114	10	8.711.140	1,62%
	53.736.640		537.366.400	100,00%

A 31 de Dezembro de 2016, o capital social do Banco Mais encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Durante o ano, o capital social aumentou em 112.633.600 Meticais, através da emissão de 11.263.360 ações ordinárias, de 10 Meticais cada.

A reconciliação das ações durante o ano é a seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial	53.736.640	43.489.113
Aumento	11.263.360	10.247.527
Saldo final	65.000.000	53.736.640

25. Reservas

As reservas são compostas por:

	2017	2016
Reserva de reavaliação	25.822.862	26.802.639
Outras reservas	350.200	350.200
	26.173.062	27.152.839

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

26. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2017	2016
Depreciações e amortizações (notas 17,18)	26.616.951	21.562.813
Imparidade do crédito (nota 13)	24.459.984	20.977.478
Ganhos na alienação de activos tangíveis (nota 7)	(200.000)	(12.969)
	50.876.935	42.527.322

27. Variações nos activos e passivos operacionais

	2017	2016
Variações de activos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos à clientes	(194.111.023)	(389.294.363)
Outros activos	(14.503.007)	(17.465.078)
(Diminuições) em activos operacionais	(208.614.030)	(406.759.441)
Variações de passivos operacionais		
Depósitos e contas correntes	62.802.760	285.816.288
Outros passivos	(3.742.740)	11.645.658
	59.060.020	297.461.946
Variações líquidas em activos e passivos operacionais	(149.554.010)	(109.297.495)

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

28. Caixa e equivalentes de caixa no final do período

	2017	2016
Numerário em Cofre		
Moeda nacional (nota 10)	11.179.588	16.452.444
Moeda estrangeira (nota 10)	11.362.650	14.433.752
	<u>22.542.238</u>	<u>30.886.196</u>
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional (nota 10)	21.059.066	200.123.109
Moeda estrangeira (nota)	10.775.964	16.935.762
	<u>31.835.030</u>	<u>217.058.872</u>
Depósitos noutros bancos		
Depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito (nota 11)	171.924.900	42.521.987
	<u>171.924.900</u>	<u>42.521.987</u>
Outros investimentos de curto-prazo altamente líquidos		
Aplicações em instituições de crédito (nota12)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Menos a reserva obrigatória no Banco de Moçambique (nota 10)	(168.967.864)	(167.909.324)
	<u>57.334.305</u>	<u>122.557.730</u>

29. Instrumentos financeiros

29.1A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

2017	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até à maturidade	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	54.377.268	-	-	54.377.268
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	171.924.900	-	-	171.924.900
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.107.360.891	-	-	1.107.360.891
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	163.853.485	-	163.853.485
Outros activos	-	28.230.120	-	9.705.303	37.935.423
Total de activos	<u>2.682.287</u>	<u>1.361.893.179</u>	<u>163.853.485</u>	<u>9.705.303</u>	<u>1.538.134.255</u>
Passivos					
		Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros		Total
Recursos de instituições de crédito		189.500.196	-		189.500.196
Depósitos e contas correntes		1.219.818.500	-		1.219.818.500
Empréstimos		16.531.374	-		16.531.374
Outros passivos		17.509.414	10.222.762		27.732.176
Total de passivos		<u>1.443.359.485</u>	<u>10.222.762</u>		<u>1.453.582.247</u>

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

2016	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até à maturidade	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	247.945.068	-	-	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	42.521.987	-	-	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	937.196.082	-	-	937.196.082
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	19.432.690	-	19.432.690
Outros activos	-	6.240.203	-	17.192.213	23.432.416
Total de activos	2.682.287	1.233.903.340	19.432.690	17.192.213	1.273.210.530
Passivos					
		Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros		Total
Recursos de instituições de crédito					
Depósitos e contas correntes		1.157.015.740	-		1.157.015.740
Empréstimos		16.753.132	-		16.753.132
Outros passivos		24.703.248	6.497.947		31.201.195
Total de passivos		1.198.472.121	6.497.947		1.204.970.068

29.2. Instrumentos Financeiros ao justo valor

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2017	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	-	-	60.166.399	60.166.399
	-	-	60.166.399	60.166.399
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	162.605.757	-	162.605.757
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	146.499.725	-	146.499.725
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	948.382.467	-	948.382.467
	-	1.257.487.949	-	1.257.487.949
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	186.317.275	-	186.317.275
Depósitos e contas correntes	-	1.077.377.010	-	1.077.377.010
Empréstimos	-	14.855.396	-	14.855.396
	-	1.278.549.681	-	1.278.549.681
2016				
	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	-	-	61.686.565	61.686.565
	-	-	61.686.565	61.686.565
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	45.873.807	-	45.873.807
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	811.239.038	-	811.239.038
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	16.883.053	-	16.883.053
	-	873.995.899	-	873.995.899
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	-	55.916.625	-	55.916.625
Depósitos e contas correntes	-	1.085.898.835	-	1.085.898.835
Empréstimos	-	14.595.528	-	14.595.528
	-	1.156.410.988	-	1.156.410.988

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	2017		2016	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	60.166.399	60.166.399	61.686.565	61.686.565
	60.168.416	60.166.399	61.688.581	61.686.565
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	171.924.900	45.873.807	42.521.987	45.873.807
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.107.360.891	811.239.038	937.196.082	811.239.038
Activos financeiros detidos até a maturidade	163.853.485	16.883.053	19.432.690	16.883.053
	1.443.139.276	873.995.899	999.150.759	873.995.899
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	189.500.196	55.916.625	56.963.340	55.916.625
Depósitos e contas correntes	1.219.818.500	1.085.898.835	1.157.015.740	1.085.898.835
Empréstimos	16.531.374	14.595.528	16.753.132	14.595.528
	1.425.850.070	1.156.410.988	1.230.732.212	1.156.410.988
	77.457.622	(222.248.691)	(169.892.872)	(220.728.525)

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos imóveis foi obtida através da abordagem de custo de reposição, com base num preço por metro quadrado de 30 USD. O justo valor determinado em 2015, a Administração do Banco considera que não houve uma mudança significativa no mercado que justificam a alteração do valor do mercado destes activos
- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, obtidos através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 22,50% a 23,79%. Os passivos financeiros são descontados através da FPC a 20,50% (2016: 23,25%).

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

30. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações sobre instituições de crédito	Empréstmos e adiantamentos a clientes	Outros activos
Accionistas					
Geocapital - Gestão de Participações	2017	-	-	-	9.792.960
	2016	-	-	-	-

As transacções com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Outros activos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Empréstimos	Outros passivos
Pessoal chave de Gestão						
Administração	2017	-	-	-	-	-
	2016	276.145	-	-	-	-

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2017, os vencimentos do Conselho de Administração ascenderam a 44.312.844 Meticais (42.354.169 Meticais em 2016).

31. Contingências e compromissos

Contingências

	2017	2016
Garantias	614.610.508	393.004.491
	614.610.508	393.004.491

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Locações operacionais – banco como locatário

O Banco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro:

	2017	2016
Até 1 ano	18.195.882	17.555.622
Entre 1 a 5 anos	72.783.528	60.278.519
Mais de 5 anos	18.195.882	17.627.442
	109.175.292	95.461.583

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço:	2017	2016
Caixa e disponibilidades em Banco Central	54.377.268	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	171.924.900	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.107.360.891	937.196.082
Activos financeiros disponíveis para venda	163.853.485	19.432.690
Outros activos	4.339.157	6.240.203
Total do activo na demonstração da posição financeira	1.504.537.988	1.256.018.317
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	614.610.508	393.004.491
	614.610.508	393.004.491
Total da exposição ao risco de crédito	2.119.148.496	1.649.022.808

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

2017	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	54.377.268	-	-	54.377.268
Disponibilidades sobre instituições de crédito	171.924.900	-	-	171.924.900
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.142.125.529	-	(34.764.639)	1.107.360.890
Activos financeiros detidos até a maturidade	163.853.485	-	-	163.853.485
Outros activos	28.230.120	-	-	28.230.120
Total	1.563.193.590	-	(34.764.639)	1.528.428.951

2016	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	247.945.068	-	-	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	952.603.004	-	(15.406.922)	937.196.082
Activos financeiros detidos até a maturidade	19.432.690	-	-	19.432.690
Outros activos	6.240.203	-	-	6.240.203
Total	1.271.425.238	-	(15.406.922)	1.256.018.316

Análise da exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

	Exposição máxima ao risco de crédito	JUSTO VALOR DE GARANTIAS DE CRÉDITO					Garantias líquidas	Exposição líquida
		Depósitos	Garantias bancárias	Hipotecas	Outras	Acordos de compensação		
31-Dez-2017								
Activos financeiros								
Disponibilidades sobre instituições de crédito	171.924.900	-	-	-	-	-	-	171.924.900
	171.924.900	-	-	-	-	-	-	171.924.900
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimo à Empresas	555.351.972	28.210.289	76.000.000	199.966.033	-	-	304.176.322	251.175.650
Empréstimo à particulares	538.950.051	8.156.979	-	14.720.262	-	-	22.877.241	516.072.810
Empréstimo à trabalhadores	46.702.042	-	-	14.415.244	-	-	14.415.244	32.286.798
	1.312.928.965	36.367.268	76.000.000	229.101.539	-	-	341.468.807	971.460.158
31-dez-16								
Activos financeiros								
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	-	-	42.521.987
	42.521.987	-	-	-	-	-	-	42.521.987
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimo à Empresas	646.618.131	34.850.000	300.000.000	89.563.772	-	-	424.413.772	222.204.359
Empréstimo à particulares	272.017.210	8.275.000	-	13.114.112	-	-	21.389.112	250.628.098
Empréstimo à trabalhadores	49.462.940	-	-	12.431.925	-	-	12.431.925	37.031.015
	1.010.620.268	43.125.000	300.000.000	115.109.809	-	-	458.234.809	552.385.458

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos. Nocerrente ano não houve reversões de transacção de recompra.
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para o os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses depois de terem sido reestruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia. O Banco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2017	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade Colectiva	Valor líquido contabilístico final
Empréstimo à Empresas	565.553.583	(20.808.756)	(12.186.927)	532.557.900
Empréstimo à particulares	548.962.577	(13.176.219)	(6.942.986)	528.843.372
Empréstimo à trabalhadores	47.693.145	(779.664)	(953.863)	45.959.618
	1.162.209.305	(34.764.639)	(20.083.776)	1.107.360.890

2016	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade Colectiva	Valor líquido contabilístico final
Empréstimo à Empresas	646.618.131	(10.874.809)	(8.976.746)	626.766.576
Empréstimo à particulares	272.017.210	(4.532.113)	(5.529.271)	261.955.826
Empréstimo à trabalhadores	49.462.940	-	(989.259)	48.473.681
	968.098.281	(15.406.922)	(15.495.276)	937.196.083

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

Exposição máxima ao risco de crédito	JUSTO VALOR DE GARANTIAS DE CRÉDITO						Garantias líquidas	Exposição líquida
	Depósitos	Garantias bancárias	Hipotecas	Outras	Acordos de compensação	Excesso de garantias		
31-Dez-2017								
Activos financeiros								
Disponibilidades sobre instituições de crédito	171.924.900	-	-	-	-	-	-	171.924.900
	171.924.900	-	-	-	-	-	-	171.924.900
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimo à Empresas	565.553.583	28.210.289	76.000.000	199.966.033	-	-	304.176.322	261.377.261
Empréstimo à particulares	548.962.577	8.156.979	-	14.720.262	-	-	22.877.241	526.085.336
Empréstimo à trabalhadores	47.693.145	-	-	14.415.244	-	-	14.415.244	33.277.901
	1.334.134.205	36.367.268	76.000.000	229.101.539	-	-	341.468.807	992.665.398
31-dez-16								
Activos financeiros								
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	-	-	42.521.987
	42.521.987	-	-	-	-	-	-	42.521.987
Empréstimos e adiantamentos a clientes:								
Empréstimo à Empresas	646.618.131	34.850.000	300.000.000	89.563.772	-	-	424.413.772	222.204.359
Empréstimo à particulares	272.017.210	8.275.000	-	13.114.112	-	-	21.389.112	250.628.098
Empréstimo à trabalhadores	49.462.940	-	-	12.431.925	-	-	12.431.925	37.031.015
	1.010.620.268	43.125.000	300.000.000	115.109.809	-	-	458.234.809	552.385.458

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 15,5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2017	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponib no Banco Central	54.377.268	-	-	-	-	54.377.268
Disponib sobre instituições de crédito	171.924.900	-	-	-	-	171.924.900
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	230.795.748	194.354.765	567.237.495	114.972.883	1.107.360.891
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	117.815.985	46.037.500	-	-	163.853.485
Outros activos	-	28.230.120	-	-	-	28.230.120
Total de activos não descontados	226.302.169	379.524.140	240.392.265	567.237.495	114.972.883	1.528.428.952
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	189.500.196	-	-	-	189.500.196
Depósitos e contas correntes	410.639.636	527.875.530	281.303.334	-	-	1.219.818.500
Empréstimos	-	16.531.374	-	-	-	16.531.374
Outro Passivos	-	17.509.415	-	-	-	17.509.415
Total passivos não descontados	410.639.636	751.416.515	281.303.334	-	-	1.443.359.485

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

2016	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponib no Banco Central	247.945.068	-	-	-	-	247.945.068
Disponib sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	420.902.531	126.120.680	322.265.083	67.907.789	937.196.082
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	19.432.690	-	-	-	19.432.690
Outros activos	-	6.240.203	-	-	-	6.240.203
Total de activos não descontados	290.467.054	449.257.711	126.120.680	322.265.083	67.907.789	1.256.018.316
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	56.963.340	-	-	-	56.963.340
Depósitos e contas correntes	647.009.483	353.423.771	156.582.486	-	-	1.157.015.740
Empréstimos	-	16.753.132	-	-	-	16.753.132
Outro Passivos	-	24.703.248	-	-	-	24.703.248
Total passivos não descontados	647.009.483	451.843.492	156.582.486	-	-	1.255.435.460

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relatório.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2017. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

2017

<i>Activos financeiros</i>	A ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	54.377.268	54.377.268
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	171.924.900	-	-	-	171.924.900
Aplicações sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	163.853.485	-	-	-	163.853.485
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	230.795.748	194.354.765	682.210.378	-	1.107.360.891
Outros activos	-	-	-	-	37.935.423	37.935.423
Activos tangíveis	-	-	-	-	109.667.311	109.667.311
Activos intangíveis	-	-	-	-	39.606.714	39.606.714
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	4.190.103	4.190.103
Total dos activos não descontados	-	569.256.420	194.354.765	682.210.378	245.776.819	1.691.598.383
<i>Passivos financeiros</i>						
Recursos de instituições de crédito	-	189.500.196	-	-	-	189.500.196
Depósitos e contas correntes	647.009.483	353.423.771	156.582.486	-	-	1.157.015.740
Empréstimos	-	16.531.374	-	-	-	16.531.374
Outro Passivos	-	-	-	-	27.732.176	27.732.176
Total dos passivos não descontados	647.009.483	559.455.341	156.582.486	-	27.732.176	1.390.779.486
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(647.009.483)	9.801.079	37.772.279	682.210.378	218.044.643	300.818.897

2016

<i>Activos financeiros</i>	A ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	247.945.068	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	42.521.987	-	-	-	-	42.521.987
Aplicações sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.682.287	-	-	-	2.682.287
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	19.432.690	-	-	-	19.432.690
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	420.902.531	126.120.680	390.172.872	-	937.196.082
Outros activos	-	-	-	-	23.432.416	23.432.416
Activos tangíveis	-	-	-	-	118.595.117	118.595.117
Activos intangíveis	-	-	-	-	27.221.345	27.221.345
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	4.090.103	4.090.103
Total dos activos não descontados	42.521.987	443.017.508	126.120.680	390.172.872	421.284.049	1.423.117.094
<i>Passivos financeiros</i>						
Recursos de instituições de crédito	-	56.963.340	-	-	-	56.963.340
Depósitos e contas correntes	647.009.483	353.423.771	156.582.486	-	-	1.157.015.740
Empréstimos	-	16.753.132	-	-	-	16.753.132
Outro Passivos	-	-	-	-	31.201.195	31.201.195
Total dos passivos não descontados	647.009.483	427.140.243	156.582.486	-	31.201.195	1.261.933.407
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(604.487.496)	15.877.264	(30.461.806)	390.172.872	390.082.853	161.183.687

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é a seguinte:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

	<u>Aumento/Diminuição de pontos de base</u>	<u>Impacto nos resultados antes de imposto</u>
2017	+50bp	(1.144.496)
	-50bp	1.144.496
2016	+50bp	4.469.869
	-50bp	(4.469.869)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2017 sofreria um aumento em cerca de 457.657 Meticais (em 31 de Dezembro de 2016, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 2.083.658 Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31-Dez-2017

<u>Moeda</u>	<u>Exposição líquida</u>	<u>Taxa de câmbio</u>	<u>Variação na taxa de câmbio</u>	<u>Impacto no resultado</u>
US Dollar	99.765.006	59,02	-17%	(292.111)
Euro	2.358.073	70,7	-6%	(1.979)
ZAR	11.022.163	4,79	-8%	(181.431)
GBP	114.961	79,66	-9%	(135)
				<u>(475.656)</u>

31-Dez-2016

<u>Moeda</u>	<u>Exposição líquida</u>	<u>Taxa de câmbio</u>	<u>Variação na taxa de câmbio</u>	<u>Impacto no resultado</u>
US Dollar	(18.483.250)	71,35	55%	(143.635)
Euro	8.028.223	75,16	50%	53.621
ZAR	14.704.024	5,2	77%	2.173.672
				<u>2.083.658</u>

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2017. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

2017	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activos						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	32.238.653	10.558.350	169.715	11.410.550	-	54.377.268
Disponibilidades sobre instituições de crédito	23.862.975	127.207.595	20.566.166	173.203	114.961	171.924.900
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.107.360.891	-	-	-	-	1.107.360.891
Activos financeiros detidos até a maturidade	163.853.485	-	-	-	-	163.853.485
Outros activos	37.935.423	-	-	-	-	37.935.423
Activos tangíveis	109.667.311	-	-	-	-	109.667.311
Activos intangíveis	39.606.714	-	-	-	-	39.606.714
Activos por impostos correntes	4.190.103	-	-	-	-	4.190.103
	1.521.397.843	137.765.945	20.735.880	11.583.753	114.961	1.691.598.382
Passivos						
Recursos de instituições de crédito	189.500.196	-	-	-	-	189.500.196
Depósitos e contas correntes	1.116.828.536	38.000.939	1.624.675	561.590	-	1.157.015.740
Empréstimos	-	-	16.753.132	-	-	16.753.132
Outros passivos	27.732.177	-	-	-	-	27.732.177
Provisões	3.909.503	-	-	-	-	3.909.503
Passivos por impostos diferidos	11.528.741	-	-	-	-	11.528.741
	1.349.499.153	38.000.939	18.377.807	561.590	-	1.406.439.489
Exposição líquida	171.898.690	99.765.006	2.358.073	11.022.163	114.961	285.158.893
2016						
	MZN	USD	EUR	ZAR		Total
Activos						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	221.286.419	7.268.707	4.904.190	14.485.752	-	247.945.068
Disponibilidades sobre instituições de crédito	7.991.302	12.248.982	21.501.840	779.862	-	42.521.987
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682.287	-	-	-	-	2.682.287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	939.636.643	-	-	-	-	939.636.643
Activos financeiros detidos até a maturidade	19.432.690	-	-	-	-	19.432.690
Outros activos	23.432.416	-	-	-	-	23.432.416
Activos tangíveis	118.595.117	-	-	-	-	118.595.117
Activos intangíveis	27.221.345	-	-	-	-	27.221.345
Activos por impostos correntes	4.090.103	-	-	-	-	4,090,103
	1.364.368.321	19.517.689	26.406.030	15.265.614	-	1.425.557.655
Passivos						
Recursos de instituições de crédito	56.963.340	-	-	-	-	56.963.340
Depósitos e contas correntes	1.116.828.536	38.000.939	1.624.675	561.590	-	1,157,015,740
Empréstimos	-	-	16.753.132	-	-	16,753,132
Outros passivos	31.201.195	-	-	-	-	31,201,195
Provisões	3,909,503	-	-	-	-	3,909,503
Passivos por impostos diferidos	12,263,535	-	-	-	-	12,263,535
	1.221.166.110	38.000.939	18.377.807	561.590	-	1.278.106.446
Exposição líquida	143.202.212	(18.483.250)	8.028.223	14.704.024	-	147.451.209

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorando usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 12%.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundos próprios de Base (Tier I)		
Capital social	650.000	537.366
Reservas elegíveis e resultados transitados	(452.468)	(418.031)
Activos intangíveis	(39.607)	(27.221)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM *	-	(12.039)
Fundos próprios de Base (Tier I)	157.925	80.075
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Outros	19.460	19.401
Elementos a deduzir	-	(9.865)
Fundos próprios complementares (Tier II)	19.460	9.536
Elegible Capital (Tier I and Tier II)	177.385	89.611
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	1.131.534	677.251
Fora da posição financeira	33.771	28.369
Risco operacional e de crédito	79.464	67.115
Total dos activos ponderados	1.244.769	772.735
Rácios prudenciais		
Tier I	12,69%	10,36%
Tier II	1,56%	1,23%
Rácio de solvência	14,25%	11,60%
Rácio de solvência requerido	12,00%	8,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo de interno.

6. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

34. Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

7. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Ernst & Young Limiteda
Rua Selmir Obadias Muanga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUT:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

BANCO MAIS - BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do **Banco Mais - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.** (o Banco), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos resultados integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do *Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants)* e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos e no código do IESBA. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Incerteza Material Relacionada com a Continuidade

Chamamos a atenção para o facto de que, conforme divulgado na nota 1.2 das Notas às Demonstrações Financeiras, em referência a 31 de Dezembro de 2017, o Banco apresentava um prejuízo líquido do exercício de 35.066.357 Meticais (2016: 91.390.936 Meticais) e, nessa data, apresentava prejuízos acumulados no montante de 452.467.745 Meticais (2016: 418.381.165 Meticais). Adicionalmente, o capital próprio é inferior a metade do capital social, o que coloca o Banco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando-se imperativo implementar medidas para resolver esta situação. A nota 1.2, também indica que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco em se manter em continuidade. No entanto, os accionistas receberam recentemente a aprovação do Banco de Moçambique para prosseguir com o aumento do capital social e existe a possibilidade de entrada de um novo accionista. O aumento de capital, dividido em duas fases, será até 1.000.000.000 Meticais (um bilião de Meticais), todo a ser realizado em 2018. Este aumento de capital permitirá a diversidade das operações, melhorar as relações comerciais e, desta forma, cumprir com os requisitos do artigo 119º acima mencionado. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. O Conselho de Administração espera divulgar o Relatório Anual da administração após a data do Relatório do Auditor Independente.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.



- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações.
- ▶ Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado n.º 33)

Maputo, 16 de Abril de 2018

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Deloitte.

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Av Zedequias Manganhela 267
Edifício JAT IV 5º Andar

Tel: +258 21320955 / 21430594
Fax: +258 21429163
www.deloitte.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos

Na qualidade de fiscal único do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, SA**, uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de **650 000 000,00 MZN** (Seiscentos e cinquenta milhões de Meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 100053209 (um, zero, zero, zero, cinco, três, dois, zero, nove), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 500001070, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respectiva administração.

Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias a evolução do Banco e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração do Banco.

O Fiscal Único efectuou reuniões com administração e demais direcções do banco de modo a acompanhar as respectivas actividades e avaliar a adequabilidade e eficácia dos sistemas de controlo interno do banco.

Pag. 1 de 3

Directors: D. Britha, M. Jarvis, J. Machado
Associate of Deloitte Africa, a member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

O Fiscal Único examinou o Balanço do Banco e Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, apresentam-se claros e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido do Banco e os seus fundos próprios, foram calculados conforme as regras do Banco de Moçambique, totalizando respectivamente **1 691 598 383, 00 MZM (Um bilião, seiscentos e noventa e um milhões quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e três meticais)** e **223.705.317 meticais (Duzentos vinte e três milhões, setecentos e cinco mil e trezentos e dezassete meticais)** o que representa um crescimento substancial quer dos activos líquidos quer dos fundos próprios respectivamente.

Os resultados líquidos negativos do Banco atingiram **35 066 327 meticais (Trinta e cinco milhões sessenta e seis mil, trezentos e vinte e sete meticais)** notando-se uma redução substancial do prejuízo comparativamente ao exercício anterior em que os resultados negativos eram de **91 390 936, 00 MZM (Noventa e um milhões, trezentos e noventa mil, novecentos e trinta e seis meticais)**.

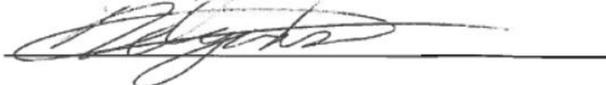
O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, Ernest & Young, Limitada relativo às demonstrações financeiras do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio ao Investimento, SA** referentes a 31 de Dezembro de 2017 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

7. Parecer do Auditor Externo e do Fiscal Único

Parecer

Face ao exposto acima, o Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro 2017, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Accionistas.

Maputo, 17 de Abril de 2018



(Assinado por Jacinto Delgado em nome da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único do **BANCO MAIS - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, SA**

8. ANEXO – Circular nº3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III

Balança - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2017			2016
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
	Activo				
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	54 377 268	0	54 377 268	247 945 067
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	171 924 900	0	171 924 900	42 521 987
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 682 287	0	2 682 287	2 682 287
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1)		0	0		
+ 3303 + 3310 (1) + 3408 (1)	Aplicações em instituições de crédito	21 381	0	21 381	21 381
350 - 3520 - 5210 (1) - 5300					
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210	Crédito a Clientes	1 167 047 251	56 677 388	1 110 369 863	940 993 175
35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	183 047 393	0	183 047 393	19 244 848
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	0	0	0	0
21	Derivados de cobertura	0	0	0	0
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	0	0	0	0
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	175 287 380	65 620 068	109 667 312	119 138 610
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	95 092 308	55 485 591	39 606 716	27 221 345
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0	0
300	Activos por impostos correntes	4 190 103	0	4 190 103	4 090 103
301	Activos por impostos diferidos	0	0	0	0
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	22 854 971	0	22 854 971	15 548 496
	Total de activos	1 876 525 241	177 783 047	1 698 742 194	1 422 301 357

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

8. Anexos - Circular nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2017	2016
	Passivo		
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	0	0
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	191 302 403	58 058 138
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	1 234 372 864	1 172 674 074
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos	19 193 908	0
44	Derivados de cobertura	0	0
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	0	0
47	Provisões	2 782 078	2 782 078
490	Passivos por impostos correntes	0	0
491	Passivos por impostos diferidos	11 528 741	11 989 813
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	0	0
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados	0	0
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	15 856 883	30 659 179
	Total de Passivo	1 475 036 876	1 276 163 281
	Capital		
55	Capital	649 999 970	537 366 400
602	Prémios de emissão	0	0
57	Outros instrumentos de capital	0	0
- 56	(Ações próprias)	0	0
58 + 59	Reservas de reavaliação	25 822 862	26 802 639
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	-417 051 186	-326 640 029
64	Resultado do exercício	-35 066 327	-91 390 935
- 63	(Dividendos antecipados)	0	0
	Total de Capital	223 705 318	146 138 075
	Total de Passivo + Capital	1 698 742 194	1 422 301 357

8. Anexos - Circular nº 3/SHC/2007

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		Notas / Quadros / anexos	2017	2016
79 + 80	Juros e rendimentos similares		349 375 813	190 082 920
66 + 67	Juros e encargos similares		208 669 890	117 951 495
	Margem financeira		140 705 923	72 131 426
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		30 343 441	23 746 838
68	Encargos com serviços e comissões		8 138 024	17 919 982
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0	0
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		40 634 361	57 081 229
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0	
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		6 071 550	3 403 978
	Produto bancário		209 617 250	138 443 487
70	Custos com pessoal		108 813 872	105 829 237
71	Gastos gerais administrativos		85 253 842	83 053 390
77	Amortizações do exercício		26 616 951	21 562 814
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações			-1 127 426
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		24 459 984	20 977 478
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		-35 527 399	-91 852 006
	Impostos			
65	Correntes		461 072	461 072
74 - 86	Diferidos			
640	Resultados após impostos		-35 066 327	-91 390 934
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.



Ernst & Young Limitede
Rua Belmiro Obadias Muianga, N.º 173
Caixa Postal 363,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUT: 400 006 245
www.ey.com

Ref.º N. 1291/EY/2018

Maputo, 7 de Junho de 2018

Ao

BANCO MAIS - BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS, S.A.

Av. Julius Nyerere n.º 2385

Maputo - Moçambique

A/C: Exmo. Sr. Eng. Luis Almeida (Presidente da Comissão Executiva)

Exmos. Senhores,

Acusamos a recepção da Vossa carta com Ref. Nº 099/2018/BMAIS/DJ/ISK, data de 23 de Maio de 2018, relativa à comunicação da actualização do Capital Social do Banco, a qual mereceu a nossa melhor atenção.

No âmbito da referida carta, a qual anexa a) comprovativo de emissão e registo de acções, b) comprovativo de subscrição e realização de acções e, c) acta da Assembleia geral de accionistas do Banco realizada aos 13 de Março de 2018, foi-nos solicitado a emissão de uma declaração que confirme a realização do aumento de capital e o capital social actualizado, bem como, o facto de o Banco não se encontrar, após o referido aumento de capital, dentro das disposições previstas no artigo 119º do Código Comercial.

Nestes termos, na base da referida informação e considerando a Demonstração da posição financeira do Banco, não auditada, em referência a 31 de Maio de 2018, a qual evidencia um Capital social no montante de 1.250 milhões de Meticais e um Total de Capital próprio de aproximadamente 850 milhões de Meticais, confirmamos que o referido aumento de capital se encontra adequadamente registado e que, em referência àquela data, a situação de perda de mais de metade do capital prevista naquele artigo se encontra ultrapassada.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

Muito Atentamente

Eduardo Caldas
Partner
ERNST & YOUNG, LDA